



Anais da Assembléia

Nº 049

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1990

ANO XV

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 16/90

DATA: 07 de maio de 1990

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, a alienar ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes n.ºs 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre Seção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com uma área de 343,62 hectares, objeto da Matrícula 3032, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO Nº 124/89.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, autoriza a alienar ao Senhor TEISSIM TINA, o imóvel constituído dos lotes n.ºs 73, 85, 101, 102 e 103, da Gleba Ribeirão do Tigre, Seção "A", da Colônia Paranavaí, Município de Marilena, com uma área de 343,62 hectares, objeto da Matrícula 3032, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 017/90

DATA: 07/05/90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito de Nova Santa Bárbara, com território desmembrado do Município de Santa Cecília do Pavão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita no Município de Santa Cecília do Pavão, para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do Município de Nova Santa

Bárbara, desmembrado de Santa Cecília do Pavão.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE SANTA BÁRBARA

"Partindo da cabeceira mais alta do Rio Paulo, segue uma linha reta até alcançar a cabeceira mais alta do Rio José Maria, continuando até a nascente do Córrego Palmital, em continuação até uma das vertentes do Rio José Maria denominada Balbino, seguindo em linha reta até outra vertente do mesmo Rio José Maria, chamada Hirano, seguindo então em linha reta onde atravessa a Estrada Oficial do Cerne até a cabeceira do Córrego Zé Procópio e deste segue até a nascente do Quinzinho a qual desagua no Rio Sabiá e desta nascente segue até a cabeceira do Rio situado na Fazenda Guiomar ganhando o mesmo rumo divisorio da Estrada Setecentos e por esta até a divisa do Rio e Município de São Jerônimo."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 018/90

DATA: 07/05/90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito no Município de Cruzeiro do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita no Município de Dois Vizinhos, para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do Município de Cruzeiro do Iguaçu, desmembrando de Dois Vizinhos.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

"Unicia-se na foz do Rio Jaracatiázinho no Rio Chopim. Desce pelo Rio Chopim até a sua foz no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Canoas, sobe por este até a Estrada Dois Vizinhos - Ouro Verde, segue por esta até o Arroio Marrelo, desce até a sua foz no Rio Jaracatiázinho, desce por este até a sua foz no Rio Chopim, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

"Inicia-se na divisa da Quadra 51 com a Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim. Estrada Francisco Beltrão a Foz do Chopim até o lote 1 da Quadra 1, deste ponto contorna e inclui as Quadras 1, 2-A, 3, 5, 7, 10, 10-A, 15, 20, 20-A, 26, 41, 50, 59, 64, e os lotes 9 e 7 da Quadra 63 até encontrar o Rio Divisor, Rio Divisor acima até a sua nascente no lote n° 1 da Quadra 61, deste ponto contornando e incluindo o lote 1 da Quadra 61, mais as Quadras 60-A, 60-B, 60, 54-A até a Rua L, Rua L até a divisa da Quadra 52, divisa da Quadra 52 até a divisa da Quadra 51, divisa da Quadra 51 até a Estrada Francisco Beltrão - Foz do Chopim, ponto inicial e final."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07/05/90.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 013/90

DATA: 07/05/90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Manoel, desmembrando-o do Município de Indianópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de São Manoel, desmembrando-o do Município de Indianópolis.

"Principiando numa marco de madeira de Lei, que foi cravado na foz do Rio dos Índios que desagua no Rio Ivaí, segue confrontando com a margem esquerda do Rio dos Índios até a foz do Rio Sambaqui; daí segue o Córrego Sambaqui acima, até o lote n° 35, daí segue confrontando com o lote n° 35 no rumo NE-30°25' na distância de 750,00m. até um marco colocado na margem de uma estrada que liga Indianópolis e São Manoel; daí segue pela dita estrada asfaltada em direção a São Manoel no rumo geral SE-42°00' NO na distância de 220,00m. até o marco, deste segue ainda pela estrada no rumo NE-3°47'-SO na distância de 1.583,00m., até uma marco colocado na divisa com o lote n° 499; daí segue confrontando com o lote n° 499 no rumo

NE-87°32'-SO na distância de 1455,00m. até um marco colocado na margem direita do Ribeirão São João; daí segue pela margem direita do Ribeirão São José até um marco colocado na divisora das terras da C.M.N.PR. e o Município de Rondon no rumo SO-24°22'-NE passando pelos córregos Cadeado e Congo na distância de 7.760,00m, até um marco colocado na margem esquerda no Rio Ivaí e, finalmente, subindo o Rio Ivaí acima pela sua margem esquerda até a foz do Rio dos Índios, ponto de partida."

PERÍMETRO URBANO

"Tem como ponto de partida as chácaras n°s 36/D e 36/C no rumo NE 45°00'-SO na distância de 500,00m até o marco de n° 34 e 33 no rumo SE - 45°00'-NO na distância de 250,00m e rua da divisa até a rua Indianópolis e seguindo por este rumo a Indianópolis no rumo NE-20°00'-SO na distância de 340,00, até a divisa com a chacara n° 466/467 segue confrontando com as chácaras n° 466/467 no rumo SE - 45°00' - NO na distância de 534,00m até um marco colocado na divisa com a chacara n° 648/A; daí segue confrontando com a chacara n° 468/A no rumo SO-45°00' - NE na distância de 310,00m, rua Prudente de Moraes, até a rua da Divisa, daí segue com a chacara n° 468/A e Rua da Divisa no rumo SE - 45°00' - NO na distância de 120,00, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 461 segue no rumo SO-53°00' - NE distância de 690,00m, passando pelas ruas Paranaguá, Paraíso e do Café, Avenida Rondon até a divisa com o lote 430; daí segue confrontando com o lote n° 430, 429/B no rumo NO - 3°53' - SE na distância de 282,00m até um marco colocado na divisa com o lote n° 429/B e finalmente segue confrontando com as chácaras n°s 429/B, 429 passando por uma estrada e as chácaras n°s 428/B, 428/A no rumo NO-45°00' na distância de 490,00m, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 37, ponto de partida."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.90.

RESOLUÇÃO N° 019/90

DATA: 07/05/90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito no Município de Boa Esperança do Iguaçu, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de Plebiscito na área adiante descrita, no

Município de Dois Vizinhos, para que a respectiva população se pronuncie sobre a criação do Município de Boa Esperança do Iguaçu, desmembrando de Dois Vizinhos.

MEMORIAL DESCRITIVO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

"Inicia na foz Rio Canoas no Rio Iguaçu. Desce pelo Rio Iguaçu até a foz do Rio Jaracatiá, sobe por este até a foz do Rio Piracema, sobe por este até a sua nascente, deste ponto em linha reta e seca até encontrar a nascente do afluente do Rio Mico, desce por este até sua foz no Rio Mico, deste ponto segue pela divisa das Glebas 56 FB e 76 FB até alcançar o Rio Canoas, desce por este até a sua foz no Rio Iguaçu, ponto inicial e final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

"Inicia-se na Rua R, no canto da quadra 24 (cemitério), segue pela divisa da quadra 24 até a Rua A, Rua A até a Rua Q, Rua Q até a Rua M, Rua M até a Rua C, Rua C até a Rua D, Rua D até a divisa do lote rural 68 com a quadra 22, segue pela divisa da quadra 22 depois 19, 20 e 01 até o Rio Esperança, desce por este até a Rua M, segue por esta até a divisa do lote rural 8 com a quadra 11, por esta divisa até a Rua A, Rua A até a Rua K, Rua K até a R, Rua R até o canto da quadra 24 (cemitério), ponto inicial e final."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.05.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA ATA DA 30.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE MAIO DE 1990 (TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pela Senhora Deputada Vera Agibert e pelo Senhor Deputado Algaci Túlio

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Anibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior,

Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Nei-vo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: David Cheriegate, Haroldo Rodrigues Ferreira e Pedro Tonelli (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, as qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. 44/90 - GS-GP, do Senhor ABRAHÃO MIGUEL, Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, com as alterações na Lei n.7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado). Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico para compor a CPI sobre a situação Financeira do Estado o Deputado LUIZ ANTONIO SETTI.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Líder do PTB

Ato da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE N° 02/90

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Título I, Capítulo IV, Seção I, Artigo 24, cc. o inciso XIII, do Artigo 25 do Regimento Interno.

D E C L A R A:

Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa,

com fundamento no disposto pelo § 3º, do artigo 62, da Constituição do Estado do Paraná, na sessão ordinária do dia 07, de maio corrente, que objetiva averiguar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual, devendo a mesma ser formada por dois (02) Deputados do PMDB e, por um (01) Deputado do PSDB, PFL, PDT, PRN e PTB, respectivamente.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) ANIBAL KHURY

Proposição:

PROPOSIÇÃO N° 056/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam revogadas as Proposições números 117/84 e 84/87, deste Poder.

Art. 2º - Esta proposição entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os atos decorrentes das proposições mencionadas no "caput" do artigo 1º e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1145

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja incluído na Ordem do Dia, em regime de Urgência e com Parecer da Comissão Geral da Assembléia, o Projeto de Lei n. 326/89 que Declara a Associação de Desenvolvimento Comunitário Integrado de Farol, de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1144

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja concedido regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 213/90 que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Peritos Oficiais, Detetives, Escrivães, Datiloscopistas, Identificadores Datiloscópicos, Técnicos e Operadores de Telecomunicações, Carcereiros e Auxiliares de Necrópsia da Polícia Civil do Estado do Paraná".

Requer-se, ainda, que seja incluído na Ordem do Dia, com parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1143

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 200/90, que dispõe sobre estágios supervisionados de menores em empresas estatais e dá outras providências.

Requer-se, ainda, que seja incluído na Ordem do Dia, com parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1142

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Douto Plenário seja concedido Regime de Urgência ao Projeto de Lei que cria "Ad-Referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Rancho Alegre D'Oeste, com território desmembrado do Município de Goioerê.

Requer-se, ainda, que seja incluído na Ordem do Dia, com parecer da Comissão Geral de Plenário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n. 304/89.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada Preferência de Votação aos Projetos de Leis ns. 262, 277, 220 e 77/90 oriundos de Mensagens do Poder Executivo que, respectivamente, abrem créditos suplementares e especiais aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público e entidades vinculadas da administração indireta; ao Orçamento Geral para as autarquias, empresas públicas e órgãos especiais; para transferência de dotação da SECS para a SEEC, atividades a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná e, atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e da Administração Direta e Indireta.

Sala das Sessões, em 08.05.90.
(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n. 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1181

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Votação Nominal para o Projeto de Lei n. 304/89.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na ORDEM DO DIA, da próxima sessão o Projeto de Lei n° 202/90, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da LAPA e ARAUCÁRIA para o Município de CONTENDA.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 1176

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da ORDEM DO DIA, o Projeto de Lei n° 260/89, a fim de que o mesmo venha a ser votado conjuntamente com a Mensagem que trata de reforma administrativa do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1179

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, A RETIRADA DA ORDEM DO DIA, por três sessões, do Projeto de Lei n° 159/89, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NEIVO BERALDIN.

REQUERIMENTO N° 1168

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral, de acordo com o artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar na Sessão ordinária do próximo dia 08, o Projeto de Lei n° 281/90 que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, lotes conforme especifica, para implantação do projeto Piloto de Habitação Popular à população de baixa renda.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

REQUERIMENTO N° 1182

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei n° 282/90, para a sessão de amanhã 09.03.90.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 1131

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, nos termos do artigo 55 da Constituição Estadual, as seguintes informações aos Srs. Secretários de Estado a que referem:

1 - Ao Sr. Secretário de Estado do Planejamento:

Montante dos gastos aplicados em Educação, conforme a execução orçamentária de 1990, por grau de ensino, respectivamente 1°, 2° e 3° graus; porcentual aplicado em relação ao montante total; custo por aluno e número total de alunos atendidos;

2 - Ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, e Desenvolvimento Urbano:

Informações relativas às aplicações do Estado no terceiro grau, no ano de 1990 (execução orçamentária em curso), sendo: valor das aplicações; número de alunos atendidos; custo por aluno; número de professores das IES; salários médios pagos; salários totais pagos por mês e até a data deste requerimento;

3 - À Sra. Secretaria de Estado da Educação:

Informações relativas às aplicações no primeiro e segundo grau de ensino, relativas ao ano em curso de 1990, discriminando: no total as aplicações feitas, total de alunos atendidos, custo por aluno; total de professores, custo médio por professor e salários médios pagos aos professores da causa, digo, em causa.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO N° 1132

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no

uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja suspenso por 03 (três) sessões, a votação do Projeto de Lei nº 242/90 de autoria deste Parlamentar, que cria a "Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Bandeirantes".

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que sejam inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, Votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ALEXANDRE BERNARDO NADOLNY, do Município de Campo Mourão.

Que esta homenagem póstuma, represente as condolências do Poder Legislativo pela perda de um homem que sempre soube valorizar seus semelhantes e a si próprio, dando exemplo de vida, através de sua humildade, honestidade e retidão de caráter.

Pioneiro, o Sr. ALEXANDRE BERNARDO NADOLNY, foi um dos primeiros homens a fixar residência no município de Campo Mourão, sendo participante ativo do desenvolvimento da Cidade, haja vista ter presenciado todos seus estágios de crescimento.

Com sua morte, deixa uma lacuna irreparável e um grande legado aos seus amigos e familiares.

Que do presente se dê ciência à Rua Araruna, 1001, Campo Mourão - Pr. Cep. 87300.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO Nº 1167

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Missionário Manoel de Mello, ocorrido no último sábado em São Paulo.

O acontecimento veio enlutar a sociedade brasileira e especialmente a Igreja Evangélica Pentecostal "O Brasil para Cristo" fundada pelo eminente religioso que ora deixa o nosso convívio.

REQUER ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à Igreja referida e à família do falecido.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO Nº 1159

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que sejam inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ROSA SPILKA, do Município de Campo Mourão.

Que esta homenagem póstuma represente as condolências do Poder Legislativo pela perda de uma mulher que sempre soube valorizar seus semelhantes e a si própria, dando exemplo de vida, através de sua humildade, honestidade e retidão de caráter.

A Sra. Rosa Spilka, foi pioneira do Município de Campo Mourão, sendo participante ativa do desenvolvimento da Cidade uma vez que acompanhou seus estágios de crescimento, dando sua parcela de contribuição.

Com sua morte deixa uma lacuna irreparável e um grande legado aos seus amigos e familiares.

REQUER-se, ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Alberto Spilka, Av. Capitão Indio Bandeira, 380 - Campo Mourão - Pr. Cep. 87300.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

REQUERIMENTO Nº 1183

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à LEGIAO PARANAENSE DO EXPEDICIONÁRIO pela comemoração do 45º aniversário do "DIA DA VITÓRIA".

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA.

Oito de março de 1945. Na Capital da República e nas principais cidades do país a população ocupava as ruas, tomadas por um sentimento de regozijo pela vitória das Forças Aliadas. Já se passaram 45 anos, mas os efeitos então realizados continuam vivos e lembrados, como símbolo da vocação democrática e síntese dos valores de nossa gente.

Em coerência com nossa tradição conciliadora e pacífica, a orientação política havia mantido o País afastado da guerra até meados de 1942, uma vez configurada a agressão representada pelo torpedeamento de nossos navios mercantes, o Governo decidiu pelo único caminho admissível em defesa dos interesses nacionais: a participação direta no esforço militar de guerra. A nação mobilizou-se e, com coragem e nobreza de propósito, levou o seu apoio aos aliados, cuja situação, naquela época,

era crítica, com a França vencida, a Inglaterra atacada e os Estados Unidos ameaçados no Pacífico. Apesar das dificuldades de toda ordem, os sucessos da Força Expedicionária, do 1º Grupo de Aviação de Caça e da 1ª Esquadilha de Ligação e Observação, na Itália, bem como as missões cumpridas pelas Aviação de Patrulha da Força Aérea Brasileira e pelas Marinhas de Guerra e Mercante no Atlântico Sul, comprovaram a determinação brasileira.

Neste aniversário do Dia da Vitória, reverenciamos a memória e prestamos um justo tributo de respeito a todos aqueles que enfrentaram o combate e, sobretudo, a todos os que perderam suas vidas a serviço do Brasil. Entretanto, nossa homenagem não deve ser dirigida apenas a eles mas, a toda população que soube superar patrioticamente as agruras da guerra e incentivou, acompanhou e festejou com entusiasmo a ação das Forças Armadas Brasileiras.

Soldados, Aviadores e Marinheiros !!!

Com a Guerra, todos perdem!!!

Mesmo vitoriosos, os Expedicionários Brasileiros, a quem a história chama de "pracinhas", nunca deixaram de acentuar esta verdade, indicando para a tragédia e o sofrimento, causado pela II Grande Guerra.

Enquanto tivermos ex-pracinhas da F.E.B., em nosso meio;

Enquanto tivermos cerimônias em que se relembre estes fatos; Como o que aconteceu hoje pela manhã na praça do Expedicionário em Curitiba.

Seremos lembrados do sangue e do sacrifício que se fizeram necessários para que o mundo, novamente, pudesse respirar a LIBERDADE E A PAZ.

Vivemos, hoje, dias de paz e nada nos indica que essa paz virá a ser ameaçada no futuro breve. É natural, portanto, que até mesmo as forças armadas reconheçam e afirmem com toda a sociedade, de que são parte, que a busca do aperfeiçoamento democrático e do desenvolvimento econômico e social é, atualmente, o instrumento mais sensível da construção do Brasil que todos almejamos.

Contudo, como nos ensina a história, é preciso não esquecer que a defesa dos interesses do País e de seu povo não é algo que se possa ter como garantido. Por isso, ao reverenciarmos os que nos antecederam, na luta pela defesa desses interesses, durante a 2ª Guerra Mundial, é necessário que reconheçamos e afirmemos que, também a operacionalidade e a modernidade das Forças Armadas são importantes parcelas do cenário nacional maior em que nos inserimos como cidadãos que compartilham as satisfações e angústias similares às de todos que integram nossa sociedade.

Não há como, nesta ocasião, deixar de

lembrar, de cultuar, de reverenciar a imagem dos pracinhas que, integrando a Força Expedicionária Brasileira, lutaram pelos sentimentos claros de Liberdade e Democracia que se apresentavam ameaçados ante ao Fascismo e Nazismo, prestando a maior colaboração - por mais paradoxal que possa parecer - para que a paz fosse preservada, ainda que, para isso, perdessem suas próprias vidas.

São os pracinhas figuras "ímpares" da história da humanidade e é a eles que, nesta data, prestamos a homenagem mais simples e sincera que nos cabe; a admiração profunda.

Que do presente se dê ciência à Legião Paranaense do Expedicionário.

REQUERIMENTO N° 1170

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações ao Município de Pranchita, pelo transcurso do oitavo (8º) aniversário de sua emancipação política e administrativa, no dia 11 de maio requerendo, mais, que do ato, se oficie aos Poderes Legislativo e Executivo.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Pranchita foi desmembrado de Santo Antônio do Sudoeste pela Lei Estadual n°7578, de 11 de maio de 1982, atendendo a justo anseio da comunidade do antigo distrito.

O clamor da população era justificado pela produção agropecuária e pela invejável posição do distrito no contexto municipal. O movimento pela emancipação foi espontâneo, surgindo do magnífico potencial de Pranchita, cuja estatística, até com relação ao Sudoeste do Paraná - como microrregião, era crescente; além da população residente e do número de eleitores.

Pranchita materializou um grande exemplo de comunidade merecedora da emancipação pelo que vinha produzindo e por sua participação na vida social, econômica e política do seu município de origem, fazendo por merecer a manifestação ora requerida que, esperamos, seja aprovada pela unanimidade dos Pares desta Casa.

REQUERIMENTO N° 1157

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, a formulação e inserção em ata dos Trabalhos deste Poder, de Votos de Congratulações, pela passagem do aniversário do Município de Altamira do Paraná, ocorrido

no último dia 27 de abril.

Outrossim, Requer-se, ainda que do mesmo seja dada ciência ao Senhor Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores do referido Município homenageado.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado Voto de Louvor a "Dorothea Herta Roepnack", pela iniciativa de doar ao Estado do Paraná, duas áreas de reserva de mata nativa, localizadas na Serra do Tigre, Município de Mallet, Região Sul do Estado do Paraná. No sentido de que o verde e os animais ali existentes com certeza serão preservados.

Requer-se seja dada ciência do conteúdo deste requerimento a Dorothea Herta Roepnack, ao Prefeito Municipal, vice-Prefeito, Vereadores, Executiva do PSDB, PMDB, PT, PL, PDT, PRN e PTR do município de Mallet, e aos demais jornais, rádios, revistas, sucursais e canais de televisão do Estado do Paraná, cuja nominata endereços integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Em 1921, com sete anos de idade, a alemã Dorothea Herta Roepnack, deixou Berlim e veio para o Brasil na companhia de seus pais e de um irmão, a exemplo de tantos outros alemães, a família vinha tentar a vida do outro lado do mundo depois dos traumas da Primeira Grande guerra.

O Brasil surgia com uma perspectiva de dias melhores e aqui eles se instalaram no pequeno Município de Cruz Machado, na região sul do Paraná. Apesar do seu amor, por aquele lugar, a necessidade de sobrevivência falou mais alto e Dorothea teve que acompanhar a família que, em 1928, mudou-se para os Estados Unidos. Na América do Norte sua vida tomou um rumo diferente da pacata infância.

Lá ela cresceu, casou-se com um importante empresário, teve filhos e trabalhou como corretora de imóveis. Apesar disso, o gosto pela natureza e a preocupação com a preservação das espécies raras continuou sempre presente em sua vida.

Em fevereiro de 1972, o casal Roepnack mudou-se definitivamente para o Brasil, deslocando-se novamente ao Estado do Paraná onde compraram uma chácara de cinco alqueires na localidade de Serra do Tigre interior do Município de Mallet, bem próximo à região onde foi criada, logo em seguida o casal Roepnack resolveu ampliar a área de mata nativa, que queriam preservar

e adquiriram mais duas áreas de reserva de mata nativa, sendo uma de 10 alqueires e a outra de 4 alqueires, todas as duas localizadas na Serra do Tigre.

Durante 44 anos, Dorothea Herta Roepnack, viveu nos Estados Unidos, mas sempre guardou na memória as imagens da região que conheceu quando criança e para a qual voltou definitivamente porque "Minha preocupação é com os animais. Eu os amo. Amo a natureza porque ela representa Deus e quero manter um ambiente natural para a sobrevivência destas espécies que vivem aqui: os macacos bugios, os patos selvagens, veados, e tantos outros".

Em 1985, após o fortalecimento de seu marido Dorothea Herta Roepnack, começou a pensar em doar as duas áreas para o Estado do Paraná. "Meu marido já morreu, meus filhos e netos vivem nos Estados Unidos, e não tem interesse de vir para cá e a minha preocupação é o destino desses animais que ficariam sem ninguém para cuidar deles".

Depois de passar cinco anos enfrentando burocratas, a alemã Dorothea Herta Roepnack, 76 anos, realizou no mês de janeiro de 1990 um antigo sonho: Doou ao governo duas áreas de mata nativa.

"Agora estou tranqüila porque sei que ninguém vai incomodar meus animais, nem cortar minhas árvores. Sei que o Estado vai cuidar disso aqui como eu sempre cuidei".

As duas reservas da Serra do Tigre são pequenas em tamanho, totalizam 14 alqueires, mas são muito ricas pelas espécies ali mantidas e entram para a história do Paraná como as primeiras áreas de mata nativa doadas sem nenhum ônus para o Estado. Segundo a proprietária e doadora, Dorothea Herta Roepnack, seu gesto foi apenas uma gota no oceano "muita coisa é preciso ser feita, eu fiz o que estava a meu alcance e se todos agissem assim o mundo seria melhor" Dorothea vai continuar vivendo em sua pequena chácara, no Município de Mallet, ao lado das duas reservas. Cuidando da macaca bugia "Kinga Konga", conversando em inglês com peixes e macacos, escrevendo seu livro, que é o segundo sonho de sua vida.

O livro que deverá receber o título de Renascença é uma ficção e conta a história de um casal que tenta salvar a natureza. O cenário não poderia ser outro: A SERRA DO TIGRE.

Parabéns Dorothea Herta Roepnack!

REQUERIMENTO N° 1161

Senor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, pedido de informações, para que

seja enviada a esta Assembléia Legislativa, dentro do prazo constitucional, relação completa dos processos de licitações que por ali tramitaram entre os dias 15 de fevereiro de 1990 e 15 de abril do mesmo ano, especificando-se as que foram homologadas e as que ainda se encontram pendentes.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1162

SÚMULA: Requerimento de Pedido de Informações ao Secretário de Estado da Administração a propósito do não cumprimento pelo Governo do Estado, do previsto em lei quanto ao desconto em folha da contribuição sindical mensal.

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, e os demais Deputados que este subscrevem, fazem o seguinte pedido de informações:

1. com base em que fundamento legal o Senhor Gino Azolini, enviou ofício aos Sindicatos de Servidores Públicos do Paraná argumentando que o Governo do Estado não mais descontará em folha a contribuição sindical mensal.

2. O Governo do Estado tem conhecimento do previsto no artigo 8°, inciso IV da Constituição da República?

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 1160

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, através de sua Casa Civil, pedido de informações no sentido de que seja indicado os equipamentos, veículos e máquinas cedidos por Secretarias de Estado e suas Unidades Vinculadas, por meio de cessão de decreto, doação ou alienação a terceiros quer de direito público ou privado.

No caso de veículos ou equipamentos cedidos a qualquer título, nos últimos vinte e quatro meses, REQUER-SE, seja nominada a autoridade que autorizou a operação.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1173

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes um expediente oficial do Poder Legislativo solicitando, em caráter

ter urgente, a colocação de uma balsa para transporte da população, na localidade de São Miguel da Araucária, no Município de Araucária.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A localidade em questão se refere a uma colonização polonesa onde a base de subsistência ainda é a agricultura, desenvolvida por pequenos produtores rurais.

A região, recentemente, foi atingida pela construção da Represa Passaúna, quando as águas represadas alagaram grandes quantidades de terras, inclusive, a estrada de aproximadamente dois quilômetros desapareceu.

Com isso, a única via de transporte rodoviário que permaneceu para servir à população transformou-se num sacrifício aos habitantes de São Miguel que, praticamente, ficaram isolados, diante dos 20 quilômetros que são obrigados a percorrer. As dificuldades são verificadas desde as necessidades mais simples dos cidadãos, como pagar taxas de luz, água e impostos, na sede dos Municípios de Araucária e Campo Largo, até o momento do transporte da produção agrícola e dos pequenos animais que rendem os recursos para sobrevivência dos produtores.

O problema foi exposto à SANEPAR, onde o processo foi protocolizado sob o número 000311-DVCM, em 1° de fevereiro de 1990.

A informação prestada foi de que o problema deveria ser tratado junto a Secretaria de Estado dos Transportes, onde a solicitação recebeu o número 758.67-3, em 29 de março de 1990.

Entretanto, até este momento, nada de concreto foi feito para minizar os problemas que a população de São Miguel de Araucária vive.

Por isto, confiamos nas providências do Senhor Secretário de Estado dos Transportes para agilização do pedido, inclusive, como forma de garantir o princípio fundamental do direito de "ir e vir" de cada cidadão.

Que do presente se dê ciência à Prefeitura e aos Vereadores de Araucária.

REQUERIMENTO N° 1169

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, e ao Diretor da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, a viabilidade da Instalação de uma Escola Técnica de Enfermagem, a nível de 2° grau, no Município de Pato Branco, atendendo expediente da Câmara de Vereadores do Muni-

REQUERIMENTO N° 1152

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A evasão de estudantes que completam o 1° grau, nas Escolas Públicas e Privadas, no Município em pauta e mais 10 (dez) que compõem a região, carecem da opção na área de enfermagem e outras que necessitam para suprir a demanda dos hospitais.

REQUERIMENTO N° 1150

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à SANEPAR, solicitando providências no tocante à conclusão da rede de água do Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

De acordo com informações da comunidade interessada, faltam os canos que vão da caixa d'água até as referidas casas.

Haja vista, que o abastecimento através de seu sistema de saneamento básico é inerente à boa saúde dos usuários, reiteramos nossos mais insistentes pedidos em nome daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1151

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Secretário de Estado da Saúde, reivindicando a doação de um veículo-ambulância para prestar atendimento à população do Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Bredópolis passa atualmente por uma série de dificuldades, dentre elas, um atendimento adequado a saúde de sua população carente, principalmente, que constantemente vê-se obrigada a deslocar-se para centros maiores, onde existem recursos aptos a prestar um tratamento específico.

Geralmente, esta locomoção de doentes é feita através de automóveis particulares, que não oferecem a mínima condição necessária para atendimento e acomodação dos mesmos.

Em razão do exposto, solicito que esta Secretaria proceda a doação de um veículo-ambulância, uma vez que a mesma ficará responsável por todo o atendimento social do Distrito.

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Presidente do Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, solicitando a implantação de uma Agência Bancária ou Posto Avançado, no Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Contando atualmente com um grande número de agricultores e pequenos comerciantes, o Distrito de Bredópolis não dispõe de uma Agência do Banco do Estado do Paraná, necessitando realizar suas operações na sede do Município ou cidades vizinhas, o que ocasiona grandes transtornos, dentre eles, a perda de tempo.

Pelo exposto, solicito um estudo detalhado sobre o assunto, visando atender com brevidade esta reivindicação.

REQUERIMENTO N° 1153

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos sobre a viabilidade de se aumentar o policiamento do Município de Janiópolis, para que desta forma, seja possível proporcionar um patrulhamento mais intensivo no Distrito de Bredópolis, pertencente àquela localidade.

A presente reivindicação nos foi encaminhada através de diversas lideranças de Bredópolis e dada a relevância e grande abrangência social deste pedido, ficamos no aguardo de um breve posicionamento, por parte desta atuante Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1154

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho de acesso da BR 272, ao Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de atualmente diversos moradores daquela

comunidade, encontrarem dificuldades para locomoção até a BR 272, principalmente em dias chuvosos.

O trecho a ser pavimentado corresponde aos anseios da população interessada e virá significar a economia de tempo e evitará o desgaste dos veículos, propiciando maior conforto a todos.

REQUERIMENTO N° 1155

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Superintendente do Banco do Brasil, Agência Central de Curitiba, solicitando estudos visando a instalação de uma Agência no Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com um grande número populacional, composto em sua maioria por produtores rurais, Bredópolis, é um distrito que ocupa destaque no cenário Municipal, devido ao seu comércio e produtividade agrícola.

A ausência significativa no referido distrito, sem dúvida é a falta de uma Agência do Banco do Brasil, a qual evitaria o deslocamento dos moradores do distrito a outros centros, em busca deste atendimento.

Face ao exposto, ficamos no aguardo de um posicionamento dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1156

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Douto Plenário REQUER, que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Diretor Presidente da TELEPAR, visando a possibilidade de instalação de Linhas Telefônicas em Disca-gem Direta à Distância (DDD), no Distrito de Bredópolis, no Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação constitui-se em um antigo desejo e necessidade daquela comunidade, que conta com um número considerável de pessoas interessadas na viabilização destas linhas, fato que contribuirá sensivelmente para encurtar tempo e distância, trazendo em consequência, maior conforto aos usuários.

Em razão do exposto, solicitamos a costumeira atenção por parte desta Companhia, ficando no aguardo de um breve posicionamento.

REQUERIMENTO N° 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a implantação da Delegacia de Polícia da Mulher, no Município de Guaru-puava.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Vereadores Osdival Gomes da Costa e João Bosco Pires, Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação do vereador Osdival Gomes da Costa, a implantação da Delegacia de Polícia da Mulher, vai de encontro à necessidade da população, no campo de maior segurança à mulher, cuja Unidade Policial há muito é reclamada.

Com fundamento na grande dificuldade que por motivos óbvios depara-se a população feminina daquele Município e Região, nada mais justo que a implantação da Delegacia de Polícia da Mulher torne-se uma realidade.

REQUERIMENTO N° 1146

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Augustinho Vecchi, Digníssimo Prefeito Municipal de Campo Mourão, ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Digníssimo Governador do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Ozires Silva, Digníssimo Ministro da Infra-Estrutura e ao Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador Neto, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, REIVINDICANDO A CONSTRUÇÃO DE UM VIADUTO NO CRUZAMENTO DA RUA MIGUEL LUIZ PEREIRA, que coincide com o traçado da BR 487, com a Avenida Presidente Kennedy, (que canaliza o tráfego da BR 272).

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando o intenso fluxo de veículos que transitam pela Avenida Presidente Kennedy, e a Rua Miguel Luiz Pereira, que hoje canaliza o tráfego da Perimetral Tancredo de Almeida Neves e futuramente também escoará o movimento da Estrada Boia-deira;

Considerando que o cruzamento da Avenida Presidente Kennedy com a Rua Miguel Luiz Pereira e a Avenida Guilherme de Pau-

la Xavier, constitui-se num dos pontos críticos do sistema viário de Campo Mourão, com tendência a se agravar com a conclusão da BR 487 (Estrada Boiadeira) e considerando que a execução de obras maiores - que realmente eliminará o problema - demandam sempre de tempo e planejamento.

Requeremos a viabilização do pedido acima exposto, da mesma forma como este pedido foi também encaminhado pelo Vereador Campo-Mourense, Celso Romualdo Ferrari.

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja encaminhado expediente oficial deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Fernando Affonso Collor de Mello, Digníssimo Presidente da República, ao Excelentíssimo Senhor Antônio Cabrera Mano Filho, Digníssimo Ministro da Agricultura e Reforma Agrária e ao Excelentíssimo Senhor Ozires Silva, Digníssimo Ministro da Infra-Estrutura, REIVINDICANDO A DESTINAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS ABANDONADOS NA ESTAÇÃO EXPERIMENTAL DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ PARA O COLÉGIO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO, MEDIANTE REGIME DE CONCESSÃO, AUTORIZAÇÃO OU PERMISSÃO.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Considerando o estado de abandono em que se encontra a Estação Experimental do Instituto do Açúcar e do Alcool, localizada no Município de Paranavaí;

Considerando o extraordinário trabalho que vem sendo realizado pelo Colégio Agrícola de Campo Mourão, ligado a Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, que no ano passado foi considerado um dos melhores do Paraná, preparando técnicos para o setor agropecuário e considerando que inúmeros implementos estão sendo abandonados na Estação Experimental IAA, em Paranavaí, e que o Colégio Agrícola carece de mais equipamentos para as aulas práticas. Requer-se, a viabilização do pedido acima exposto, da mesma forma como este pedido foi também encaminhado pelo Vereador Campo-Mourense, Celso Romualdo Ferrari.

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após o Douto Plenário, REQUER, que seja encaminhado expediente oficial deste Poder, ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, solicitando que envie todos os esforços necessários, no

sentido de encaminhar cinco viaturas, munidas de material humano, para o Município de Campo Mourão, sendo três para o 11° Batalhão de Polícia Militar e duas para a 16ª SDP.

Proposição neste sentido, já fora encaminhada pelo Vereador campo-mourense, Júlio Vieira dos Santos, justificando que "as viaturas e policiais disponíveis são insuficientes para atender todos os bairros de nossa cidade, ficando assim, a comunidade desprovida de segurança".

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 1149

Senhor Presidente.

NAMIR PIACENTINI, Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial deste Poder à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a remessa de Cobertores, Agasalhos e Acolchoados para a Coordenadoria Municipal do PROVOPAR, do Município de Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato do Município de Engenheiro Beltrão ser essencialmente agrícola e em consequência disto abriga um elevado número de bóias-frias, os quais vivem em condições precárias. O atendimento dessa reivindicação trará grandes benefícios aos trabalhadores rurais, uma vez que estes sofrem as consequências no período de inverno. Face ao exposto, ficamos no aguardo de um posicionamento, dentro da brevidade que a própria questão requer.

REQUERIMENTO N° 1166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Professor Carlos Chiarelli solicitando que sejam liberadas verbas urgentemente à rede federal de ensino médio e superior para atender as necessidades básicas de instituições que já se encontram com as bases comprometidas como no caso do Centro Federal de Educação Tecnológica no Paraná, que não dispõe de recursos para adquirir materias consideráveis essenciais para a manutenção do ensino conforme matéria apresentada na "Gazeta do Povo", conceituado órgão de divulgação, no dia 30 de abril de 1990.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1165

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem requerem após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Senhores Deputados Paes de Andrade, Max Rosenmann, Roberto Jefferson, Joaquim Sucena e demais líderes dos partidos com representação na Câmara dos Deputados, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n° 2752/89, em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA
EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A aprovação deste projeto, ora em tramitação significa para a categoria farmacêutica a perda dos principais direitos adquiridos na legislação já existente. Por outro lado agravará significativamente os indicadores de saúde da população brasileira, em virtude de que o referido projeto possibilita a proliferação indiscriminada de farmácias, mais do que já existente, e como consequência o aumento do consumo de medicamentos por parte da nossa população.

A implantação do Sistema Único de Saúde previsto na Constituição Federal, prevê uma assistência integral à saúde, possibilitando este acesso à toda coletividade dentro do princípio que saúde é um dever do Estado e direito do cidadão, e a assistência farmacêutica é uma decorrência deste preceito.

O que propõe o Deputado com a apresentação deste projeto é um retrocesso na melhoria do atendimento em saúde, não encontrando similaridade ou precedente em qualquer outro país do mundo desenvolvido, inclusive em países em estágios de desenvolvimento social, tecnológico e científico inferiores ao do Brasil.

Portanto, solicitamos aos membros deste Poder a aprovação deste, visando o arquivamento do Projeto de Lei n° 2752/89.

REQUERIMENTO 1164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, vem perante a Mesa desta Casa, solicitar o encaminhamento de expediente à COPEL, através do seu Presidente Dr. Francisco Luís Gomide, para que sejam fornecidas a este Parlamentar e à Casa, informações sobre a forma de pagamento daquela Empresa junto às Empreiteiras que executam e mantêm as obras no sistema de distribuição elétrica.

Tal solicitação se deve às denúncias levadas a efeito pelas Empreiteiras, em duas ocasiões (19/04 e 20/04) no Jornal de Londrina, quando afirmam que a COPEL criou

um deflator sem base legal, a partir do dia 16 de março, no pagamento dos serviços acima mencionados e por elas executados. Por outro lado as contas da COPEL dos meses de fevereiro e março, garantidos em contrato, teriam sido pagas com valores reduzidos em até 46%; além disso, segundo aquelas Empreiteiras, as faturas dos dias 1° e 9 de março foram pagas em abril, em cruzados novos.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1163

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento, vem perante a Mesa desta Casa, solicitar o encaminhamento de expediente ao DSTC, através do Excelentíssimo Senhor Francisco Deliberador, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que sejam enviados estudos para a criação de uma linha de ônibus intermunicipal ligando os Municípios de Pitanga e Ponta Grossa, podendo ser inclusive uma extensão de outra linha que venha a atender este trajeto.

Tal solicitação, de iniciativa do ex-Vereador e ex-Presidente do Rotary de Pitanga, Senhor Orlando Holovka, se atendida, virá contribuir significativamente para a melhoria dos transportes de munícipes de Pitanga para Ponta Grossa, notadamente os estudantes que freqüentam a faculdade daquele progressista Município dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de correspondência ao Ilustríssimo Senhor EDISON JOSÉ TRENTA, Mui Digno Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, solicitando a criação da função de Médico Veterinário no Escritório local de Marilândia do Sul-Pr.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 283/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica instituído a obrigatoriedade de exames oftalmológicos anuais, nos alunos inscritos na rede de escolas públicas estaduais, preferencialmente ma-

tricolados no ensino de 1º grau.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva atingir uma faixa etária que necessita realmente de atenção e cuidado especiais, por estarem em uma fase onde as moléstias oculares têm maior perspectiva de cura, face a detecção inicial.

Dada a relevância desta proposição e ciente da sensibilidade dos nobres Pares desta Colenda Casa de Leis, submeto o projeto à apreciação e espero poder contar com o incondicional apoio para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 284/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Flor da Serra, "ad referendum" de resultado de plebiscito, desmembrado dos municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro, compondo-lhe a extensão territorial a área do antigo Distrito de Flor da Serra - Município de Salgado Filho, parte do Distrito de Siqueira Belo - Município de Barracão e parte do Município de Marmeleiro, com os seguintes limites e confrontações:

"Começa na foz do córrego São Bento, no rio Arrozal, por este seguindo até sua nascente de onde, por linha seca, alcança a nascente da chamada Sanga Abreu pela qual desce, até sua foz, no rio Tamandua-zinho, seguindo deste ponto, por linha seca - no sentido leste - para alcançar o rio Tamandua, na foz do lajeado Gaúcha e por este, acima, até a sua nascente, daí seguindo pelo divisor de águas, no sentido Nordeste, até a nascente do arroio Bonito, pelo qual desce até a foz do arroio Ildebrando, por este subindo até a sua nascente de onde alcança a nascente do rio Galo, por este descendo até a sua foz; no rio Araçá; segue pelo rio Araçá até a sua cabeceira, na divisa interestadual Paraná-Santa Catarina; segue pela referida divisa, no sentido oeste, até confrontar a nascete da sanga Santo Angelo pela qual desce até sua foz, no rio das Águas, por este descendo até o arroio Santa Terezinha; sobe por esse arroio Santa Terezinha, até encontrar a Linha Lemos; segue pela Linha Lemos, rumo norte, até encontrar a estrada 520, seguindo por esta, no sentido leste, até encontrar a estrada 440, seguindo pela mesma, sentido norte, bifurcando com diversas estradas até a localidade denominada São Bento, até a nascente

do córrego São Bento pelo qual desce, até a sua foz, no rio Arrozal, ponto de partida".

Art. 2º - O perímetro urbano da sede do Município de FLOR DA SERRA, fica assim descrito:

"Inicia-se na BR-373, seguindo todo o divisor interestadual entre os Estados de Paraná e Santa Catarina - divisa leste da chácara nº 18 percorrendo a divisa sul dessa chácara até a confrontação com o lote nº 17, cuja divisa leste percorre até o encontro das ruas Palma Sola e nº 10, dobrando no sentido noroeste pela rua nº 9 e por esta seguindo até reencontrar a rua Palma Sola, pela qual segue até a divisa leste do lote nº 1, quadra nº 11, seguindo rumo sudoeste pelas divisas dos lotes nºs 8-A e 8, igualmente da quadra nº 11 até o encontro das ruas nº 2 e nº 8, rumando para oeste até encontrar a rua nº 1 pela qual segue até reencontrar a BR-373. Desse divisor segue pela divisa oeste do lote nº 1, dobrando para leste por sua divisa e pela divisa dos lotes nºs 6 e 7, todos da quadra nº 24 e, sempre no rumo leste, pelas divisas das chácaras nºs 23, 22 e 21, pelo lote nº 14 e pelas chácaras nºs 20 e 25, dobrando pela divisa desse lote para o rumo sul, passando pela divisa do lote nº 19 até reencontrar a BR-373, ponto inicial.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(aa) JOÃO ARRUDA e CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, as populações das áreas delimitadas pelo memorial descritivo, reclamam seu direito emancipacionista, invocando como argumento inarredável a sua produção agrícola, pecuária e participação na extração e beneficiamento de madeira. E não há como contestar essa argumentação, pois são extensas e de boa produtividade as áreas agricultadas, além de possuir estrutura inicial de armazenamento para garantir livre e seguro fluxo de produção. De igual importância é a suinocultura ali praticada, com números expressivos para a estatística regional. Isso exposto, é justo que seja ouvido o clamor daquela população, premiando o seu esforço com a desejada emancipação que, certamente, dará ao Paraná um novo Município - forte, pujante e com gente disposta a fazê-lo crescer no concerto regional.

PROJETO DE LEI Nº 285/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam os órgãos da administração direta, indireta, Fundações e Em-

presas de Economia Mista do Estado obrigados a encaminhar ao exame e aprovação da Assembléia todo e qualquer ato que implique em cessão, doação ou alienação, a qualquer título, de veículos, máquinas e equipamentos adquiridos para o seu uso ou cuja utilização deva ser por si administrada.

Paragrafo Único - Os pedidos de aprovação a serem encaminhados à apreciação do Legislativo devem vir acompanhados de exposição de motivos, onde se comprove ser a operação proposta vantajosa para os interesses do Estado.

Art. 2º - Os órgãos da administração direta, indireta, Fundações e Empresas de Economia Mista do Estado, que nos doze meses que precedem a entrada em vigor desta Lei, cederam, a qualquer título, máquinas, veículos ou quaisquer outros equipamentos, a qualquer entidade pública ou particular, ficam obrigados a encaminhar à apreciação do Legislativo as operações efetuadas acompanhadas de suas respectivas justificativas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Antônio Annibelli e Nereu Carlos Massignan.

PROJETO DE LEI N° 286/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Núcleo São Cristovão", com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 08.05.90

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária terá por objetivos básicos administrar as partes comuns do Conjunto Habitacional São Cristovão e promover o seu desenvolvimento comunitário, bem como da comunidade em que está inserido, buscando proporcionar a seus associados condições adequadas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar e recrear.

PROJETO DE LEI N° 288/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogada a letra "g", do artigo 6º da lei n. 6639/74, alterada pela Lei n. 7771/83.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 287/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Estado do Paraná destinará, durante 05 (cinco) anos ininterruptos, a partir do exercício de 1991, 5% (cinco por cento) de suas disponibilidades financeiras, com a finalidade de implantação da reforma agrária.

Art. 2º - Por ocasião da remessa do Orçamento para a Assembléia Legislativa do Estado, o Chefe do Poder Executivo deverá encaminhar Mensagem propondo a regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas, e a regulamentação do disposto nos artigos 155 a 160 da Constituição do Paraná.

Art. 3º - As verbas orçamentárias de que trata o artigo 1º desta Lei Complementar serão aplicadas, no percentual de 80% (oitenta por cento) para aquisição de áreas para assentamentos e 20% para projetos de apoio aos assentados.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

Apoiamento:

João Arruda, Ezequias Losso, Antônio Costenaro Neto, José Afonso Júnior, Homero Oguido, Ferrari Júnior, Basílio Zanusso, Eduardo Baggio, Duílio Genari e 2 ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

A Constituição do Paraná prevê, em seus artigos 155 a 160, que o Estado promoverá todos os esforços no sentido de implantar a reforma agrária.

A obrigatoriedade da destinação de verba orçamentária para essa finalidade (aquisição de terras e projetos de assentamentos), torna-se necessária, como primeiro passo em busca da Justiça Social no Campo.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 051/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Lidianópolis, desmembrado do Município de Jardim Alegre.

"Começa na Barra do Ribeirão Guaretá, no Rio Ivaí, seguindo por este Ribeirão acima até encontrar a linha geodésica do lote n. 27-A inclusive, e, lote n. 27 exclusive, subindo por esta linha acima até encontrar a linha geodésica da Fazenda Jaborandi representada pelos lotes ns. 22 e 23-B inclusive, com a Fazenda Santa Emília representada pelos lotes ns. 19 e 21 exclusive, até encontrar a Água Guaretá, seguindo por esta Água acima até encontrar a linha geodésica da Fazenda Tucui, representada pelo lote n. 1 inclusive, com o lote n. 1-A exclusive, linha acima até encontrar a Rodovia PR-082, seguindo por esta Rodovia até o entroncamento com a BR-466, voltando por esta rumo à Sede do Distrito de Lidianópolis, até encontrar o contraforte da Água da Capelinha, descendo por esta abaixo até encontrar o Ribeirão Barra Preta, excluindo os lotes ns. 164, 163, 162, 161, 160, 159, 157 e 156; descendo por este Ribeirão abaixo até encontrar a linha geodésica do lote n. 34-A, inclusive, subindo por esta até encontrar a sua cabeceira na estrada velha que liga Jardim Alegre-Porto Ubá, descendo por esta estrada até encontrar a linha geodésica da cabeceira do lote n. 37-A, inclusive, seguindo por esta linha, incluindo os lotes ns. 152, 151, 150 e 148, alcançando a estrada Ribeirão Barra Preta, excluindo a Fazenda Bugre representada pelos lotes ns. 34, 35, 36 e Fazenda Rancho Alegre, representada pelo lote n. 37; descendo por esta Estrada abaixo até encontrar a linha geodésica do lote n. 109-A, inclusive, descendo por esta linha abaixo até encontrar o Córrego da Figueira, descendo por este Córrego abaixo até encontrar o Rio Ivaí, descendo por este Rio abaixo até encontrar a Barra do Ribeirão Guaretá, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 052/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Imbaú, desmembrado dos Municípios de Telêmaco Borba e Reserva.

"Com o Município de Telêmaco Borba:

começa no Rio Imbauzinho na ponte da PR-340; deste ponto segue pela referida estrada no sentido Sudeste até o cruzamento com a Rodovia do Papel, deste ponto continua pela Rodovia PR-340 no sentido Leste, até o cruzamento na ponte sobre o Rio Imbaú;

Com o Município de Tibagi: começa no ponto acima descrito na ponte da PR-340 sobre o Rio Imbaú, segue pelo referido Rio Imbaú, até a foz do Rio Mirim;

Com o Município de Reserva: começa no Rio Imbaú na foz do Rio Mirim, segue por este até a foz do Rio Jacutinga e daí até a sua nascente; deste ponto segue em linha seca no sentido Norte até a ponte da estrada José Lacerda no Rio Charqueada; deste ponto segue pela referida estrada até o seu cruzamento com a estrada Corrente na Serra do Monjolinho; deste ponto segue pela estrada Corrente na Serra do Monjolinho até o cruzamento com o Arroio Leonardos; deste ponto segue em linha seca até a ponte no Arroio Cachoeira ou Anta Gorda;

Com o Município de Ortigueira: começa no ponto acima na ponte do Arroio Cachoeira ou Anta Gorda; deste ponto segue pelo referido Rio até sua foz no Rio Imbauzinho; daí segue pelo Rio Imbauzinho até a ponte na PR-340, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 053/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Mauá da Serra, desmembrado do Município de Marilândia do Sul.

"Começa no cruzamento da Estrada Mauá no Rio Apucarantina, subindo por este até a foz do Rio Valência, pelo qual sobe até a sua nascente mais próxima do Córrego Queimado, de onde por linha seca alcança a nascente do Córrego Queimado, e por este abaixo até a sua foz no Rio do Meio, pelo qual desce até alcançar o Rio Preto daí sobe por este até a sua cabeceira mais alta (próximo do Morro do Mulato), daí até a cumiada da Serra do Cadeado, seguindo pela cumiada desta até a cabeceira mais alta do Rio das Antas, pelo qual desce até o cruzamento da Estrada dos Caetanos, por esta até a Estrada Ribeirão do Meio, seguindo pela referida estrada no sentido Nordeste até alcançar a Estrada Fazenda Panonia, segue por esta até a Estrada Engenho Ve-

lho, segue por esta até alcançar a Estrada Lagoa Mauá, por esta até alcançar o Rio Apucarantina, ponto de partida.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 054/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana.

"Começa na foz do Ribeirão dos Dourados, no Rio Pirapó, sobe por este até a foz do Ribeirão Ipiguá pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do córrego Hacotiara e por este abaixo até o Ribeirão Maraté, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a Estrada Municipal n. 100, divisória com o Município de Cambira, seguindo pela referida estrada rumo Norte até seu cruzamento com o Ribeirão dos Dourados, daí desce por este, até a sua foz no Ribeirão Pirapó, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 055/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Quatro Pontes, desmembrando-o de Marechal Cândido Rondon.

"Tem como ponto inicial e final a foz da Sanga Crissiumal no Arroio Guaçu, sobe pelo Arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo, até a Foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta, rumo sudoeste, até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07 (inclusive e 10 ex-

clusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por este até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50, 49 e 36 (exclusive) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153, (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final".

Perímetro Urbano

"Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na Rua Bagé. Do ponto inicial segue pelas Divisas das Chácaras 97, 1 e 12 (exclusive) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 (inclusive) até a Rua São Leopoldo, segue por esta até a Rua 7 de abril, por esta até a Rua Santa Cruz, por esta até a Divisa das Chácaras P.20, P.11, P.10 e P.1 (exclusive) e Quadras 68, 67, 66, 65, 64, 63, 62 e 61 (inclusive) até a Rua Bagé; Rua Bagé até Divisa da Chácara 97, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) WERNER WANDERER e GERNOTE KIRINUS

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, assistência, professores, funcionários, ilustre Deputado Artagão Mattos Leão- representante de Guarapuava.

Trago um assunto que aparentemente se constitui tabu no Parlamento. Há uma instituição neste País que não se pode falar, que está acima de qualquer crítica. Esta noção errada, no meu entendimento, é que me permite ler, hoje, nesta Casa, um artigo do "Jornal do Brasil" desta terça-feira, escrito pela jornalista Tânia Monteiro, sob o título: EM TODO PAÍS A MORDOMIA CONTINUA.

Mas, antes de iniciar, gostaria de citar o jornal "Indústria e Comércio", numa série de reportagens que o jornalista Leondes Rocha tem feito, a respeito do Legislativo cuja manchete de hoje diz: DESGASTE LEVA DEPUTADOS A OPTAREM PELA MORALIZAÇÃO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA NO ESTADO DO PARANÁ.

Quero dizer que a questão da moralização não está tanto, no momento, porque temos um Presidente eleito e adota algumas medidas,

Esta indignação acompanha o processo democrático e permite que a imprensa de um modo geral, mostre as mazelas, os erros, privilégios das instituições, todas elas - no Parlamento, dos militares, do Executivo. Não fosse a democracia nós não teríamos em pauta a moralização e se não houver mudanças, e se não houver as extinções dos privilégios e se a democracia for mantida como projeto permanente este assunto não vai morrer tão cedo. A sociedade vai cobrar e deve cobrar e tem o dever e o direito de cobrar. Não só do Parlamento que é o Poder mais vulnerável e assim deve ser porque é aberto e aqui está o povo que fiscaliza e acompanha, mas de todas as instituições que compõem a Nação brasileira.

Vejam o que fala o "Jornal do Brasil", de hoje, assunto - MORDOMIA.

"Contrariando determinação do Presidente Fernando Collor, 150 oficiais-generais do Exército e os 70 da Aeronáutica continuam usando carros oficiais em todo o país", então não são apenas os 50 Deputados da Assembléia que usam carros oficiais, não são apenas os Ministros e os Secretários de Estado, Diretores de empresas estatais que usam carros oficiais.

Temos a companhia dos Deputados e dos demais, 150 generais e 70 oficiais da Aeronáutica. (Prossigo a leitura):

"Na Marinha os almirantes só não usam as viaturas oficiais porque seus carros particulares são comprados em seu nome pela própria Marinha, em 36 meses, sem juros e correção monetária.

O Governo determinou que apenas o Presidente, o Vice e os Ministros de Estado têm direito ao uso de carro oficial.

Os militares de alta patente continuam dispondo de casas ou apartamentos mobiliados para morar, embora tenham que pagar todas as despesas, como água, luz, telefone, e alimentação. A casa em poder da Aeronáutica na Península dos Ministros continua ocupada, apesar de também estar na lista para leilão - estranho isso, não! Seus atuais inquilinos serão transferidos para apartamentos com 4 quartos, todos na Asa Sul, em Brasília. O pessoal do Exército, entretanto, permanecerá ocupando as residências oficiais do Setor Militar Urbano, tendo os quatro-estrelas, direito a casas especiais localizadas no chamado Cemitério dos Elefantes, assim denominado por ser a última morada dos que chegaram ao último posto da hierarquia militar.

Nas casas destinadas aos oficiais-generais, estão à sua disposição, dois taifeiros, empregados pagos pelas Forças, incumbidos de desempenhar qualquer tipo de trabalho doméstico. De um fato, entretanto, os militares se orgulham: a proporcionalidade dos seus salários. Um taifeiro,

que corresponde a um cabo em termos de hierarquia, recebe vencimento sete vezes menor do que o do funcionário de mais alto posto. Enquanto um general-de-exército, um almirante-de-esquadra, ou um tenente-brigadeiro, recebem um salário da ordem de Cr\$ 250 mil, um taifeiro ganha cerca de Cr\$ 30 mil".

Por sinal é bom falar disto. Um taifeiro das Forças Armadas ganha dez vezes mais do que ganha uma professora do Estado do Paraná.

"Logo após a decretação do pacote, os ministros militares tentaram se adaptar às novas regras reduzindo alguns dos benefícios a que tinham direito. O Ministro do Exército, General Carlos Tinoco, assinou portaria no dia 30 de março, extinguindo as viaturas vinculadas - carros que ficavam à disposição dos oficiais inclusive nos fins de semana. Ao mesmo tempo, criou os veículos especiais - destinados ao transporte de pessoal, não operacional, para atendimento de atividades peculiares ao Ministério do Exército, inclusive na viagem de casa para o trabalho.

Têm direito a este tipo de carro oficial todos os generais. Os demais veículos serão leiloados.

Na prática, esses carros não só não foram desativados com uma nova portaria, assinada na semana passada, prorrogou por 60 dias o uso das viaturas vinculadas, com a novidade de que agora os usuários terão que pagar uma taxa ao Exército. A portaria não foi divulgada e nem o valor do pagamento do aluguel. A justificativa para a necessidade de prorrogação da portaria é que, como sempre possuíam carro oficial para uso pessoal, a maior parte dos generais não tem automóvel próprio.

Será que nós também, Deputados, não temos automóveis próprios, daí a razão de usarmos automóvel público? Ou será que o uso do cachimbo não faz a boca torta? Duvido muito que um General não possua seu carro particular.

Prossigo. "No mesmo dia, o Ministro da Aeronáutica passou um rádio para toda a tropa proibindo a utilização de veículos de representação.

Com isso, somente os brigadeiros fardados terão direito a uso de carro oficial, pintado de azul e com chapa branca.

Na Marinha, as mordomias eram maiores. Os cinco capitães-de-mar-e-guerra, promovidos ao almirantado pelo Presidente Fernando Collor, no dia 31 - dia 31 de março de memória lamentável para todos os brasileiros, 31 de março de 1964 - "perderam o direito de comprar da Armada um carro quatro portas (em Brasília a preferência recaí sobre o Monza 2.0 SLE, que custa cerca de Cr\$ 1,4 milhão), em 36 meses, sem juros e nem correção monetária. Quando termina-

vam de pagar a última prestação, o almirante podia vender seu carro à Marinha, pelo valor de mercado, caso desejasse comprar outro, zero quilômetro, também financiado. A Marinha pagava ainda seguro total, dava quatro pneus por ano e uma quota de litros de combustível por mês. Esses itens, de acordo com o Ministério, estão sendo reestudados. No início de abril, o Ministro Mário César Flores distribuiu comunicado eliminando todos os automóveis de representação".

Muito bem. Estamos diante de fatos novos, inclusive na área do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que adotam comportamentos de combate às mordomias.

Muito bem.

Isto serve para afirmar, não é só o Poder Legislativo que tem mordomias e deve eliminá-las, o Judiciário também, os militares também, o Executivo também, todos estão na alça de mira da opinião pública, nada adiantará chamar os militares para acabar com os Paramentos porque da mesma maneira que os Paramentos terão que se reciclar na eliminação dos privilégios, o próprio Parlamento, como representante da sociedade, tem o dever de, dando o exemplo, fiscalizar as demais instituições para que as mordomias e privilégios sejam eliminados dentro desse processo de construção democrática brasileira. A eliminação do privilégio elimina o discurso da falta de recurso para educação, para a manutenção de greve de 46 dias pela luta do melhor salário.

Abaixo o privilégio!

Viva a Educação!

Vamos lutar por isto, minha gente!

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo César Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou usar o Pequeno Expediente para ler uma Nota Oficial do Presidente do PDT do Paraná, após a reunião com a Direção Nacional do PDT e o Doutor Leonel Brizola.

(Lê): "O Presidente do PDT do Paraná, Deputado Federal Tadeu França, acompanhado dos Deputados Paulo Furiatti e Nelton Friedrich e dos membros do Diretório Nacional João Bosco Vidal e José Carlos Mendes, a convite da Direção Nacional, estiveram reunidos com a executiva e o Dr. Leonel Brizola, quando foi analisado o quadro político nacional e também o quadro do Paraná.

Na avaliação do quadro nacional, questionou-se o comportamento do PSDB no que diz respeito a atitudes hostis de algumas

lideranças quando se trata de candidatura principal do PDT em coligação. Mais especificamente, os casos do Rio de Janeiro e Santa Catarina.

Na discussão do quadro estadual foram analisadas as bases da possível coligação no Estado, visto que até agora o que existe é intenção, sendo que compromissos políticos não foram estabelecidos de forma concreta. A ausência de compromissos como: Governo partidário dentro das propostas da social-democracia; critérios para encaminhamento à campanha deste ano; compromissos com a educação como proposta fundamental do PDT; cumprimento rigoroso e sem vetos na formação da chapa majoritária, enfraquecem a coligação, transformando-a num episódio meramente eleitoral.

Ficou estabelecido que o PDT não participará de alianças onde estejam presentes partidos que dão apoio ao Governo Federal, além do que, em função do quadro político nacional, o Presidente, Dr. Leonel Brizola, se integra ao conjunto das decisões.

É recomendação da Direção Nacional que seja feita uma ampla reavaliação da coligação proposta e que seja discutido com a maior profundidade, o fortalecimento do PDT, através de candidatura própria.

Estabeleceu-se ainda que o resultado desta reunião deve merecer ampla divulgação junto às bases partidárias e a opinião pública com o sentido de fortalecer a unidade pedetista no Paraná.

Brasília, 08/05/90

(a) TADEU FRANÇA

Presidente Regional do PDT-PR"

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje comemora-se o 45º aniversário do "Dia da Vitória". Muitos talvez até nem se lembrem disso. (Lê):

"Oito de março de 1945. Na Capital da República e nas principais cidades do País, a população ocupava as ruas, tomadas por um sentimento de regozijo pela vitória das Forças Aliadas. Já se passaram 45 anos, mas os feitos então realizados continuam vivos e lembrados, como símbolo da vocação democrática e síntese dos valores de nossa gente.

Em coerência com nossa tradição conciliadora e pacífica, a orientação política havia mantido o país afastado da guerra até meados de 1942. Uma vez configurada a agressão representada pelo torpedeamento de nossos navios mercantes, o governo decidiu pelo único caminho admissível em de-

fesa dos interesses nacionais: a participação direta no esforço militar de guerra. A nação mobilizou-se e, com coragem e nobreza de propósito, levou o seu apoio aos aliados, cuja situação, naquela época, era crítica, com a França vencida, a Inglaterra atacada e os Estados Unidos ameaçados no Pacífico. Apesar das dificuldades de toda ordem, os sucessos da Força Expedicionária, do 1º Grupo de Aviação de Caça e da Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação, na Itália, bem como as missões cumpridas pela Aviação da Patrulha da Força Aérea Brasileira e pelas Marinhas de Guerra e Mercante no Atlântico Sul, comprovaram a determinação brasileira.

Neste aniversário do "Dia da Vitória", reverenciamos a memória e prestamos um justo tributo de respeito a todos aqueles que enfrentaram o combate e, sobretudo, a todos os que perderam suas vidas a serviço do Brasil. Entretanto, nossa homenagem não deve ser dirigida apenas a eles, mas a toda a população que soube superar patrioticamente as agruras da guerra e incentivou, acompanhou e festejou com entusiasmo a ação das Forças Armadas Brasileiras.

Soldados, Aviadores, Marinheiros!!!

Com a guerra, todos perdem!!!

Mesmo vitoriosos, os Expedicionários Brasileiros, a quem a História chama de "pracinhas", nunca deixaram de acentuar esta verdade, indicando para a tragédia e o sofrimento, causados pela II Grande Guerra.

Enquanto tivermos ex-pracinhas da FEB em nosso meio;

Enquanto tivermos cerimônias em que se relembrem estes fatos, como o que aconteceu hoje pela manhã na Praça do Expedicionário, em Curitiba, seremos lembrados do sangue e do sacrifício que se fizeram necessários para que o mundo, novamente, pudesse respirar a LIBERDADE E A PAZ.

Vivemos hoje dias de paz e nada nos indica que essa paz virá a ser ameaçada no futuro breve. É natural, portanto, que até mesmo as Forças Armadas reconheçam e afirmem com toda a sociedade, de que são parte, que a busca do aperfeiçoamento democrático e do desenvolvimento econômico e social é, atualmente, o instrumento mais sensível da construção do Brasil que todos almejamos."

Contudo, como ensina a História, é preciso não esquecer que a defesa dos interesses do País e do seu povo não é algo que se possa ter como garantido.

Por isso, ao reverenciarmos hoje aqui nesta tribuna, numa homenagem aos pracinhas brasileiros, especialmente aos paranaenses, não reverenciarmos os que nos antecederam na luta pela defesa desses interesses durante a Segunda Guerra Mundial, é necessário que reconheçamos e afirmemos

que a operacionalidade e a modernidade das Forças Armadas são importantes parcelas do cenário nacional maior em que inserimos como cidadãos que compartilham as satisfações e angústias similares às de todos que integram nossa sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, não há como nesta ocasião deixar de lembrar, de cultuar, de reverenciar a imagem dos pracinhas integrando a Força Expedicionária Brasileira, que lutaram pelos sentimentos claros de liberdade e democracia que se apresentavam ameaçados ante o Fascismo e Nazismo, prestando a maior colaboração, por mais paradoxal que seja, para isso perdessem as próprias vidas até. São os pracinhas figuras ímpares da história da humanidade e é a eles que nesta data prestamos a homenagem mais simples e sincera que nos cabe a admiração profunda.

E hoje pela manhã nós tivemos uma festa muito bonita, reverenciando esta data, o 45º aniversário do dia da vitória, que muitos até nem lembrem mais. Talvez, hoje, se perguntássemos a alguns brasileiros se seriam capazes de, voluntariamente, irem à guerra, talvez muitos até não se prontificassem a fazer este ato, por isto, enquanto nós tivermos os "pracinhas" aqui, precisamos reverenciá-los por este ato magnífico, este ato heróico que praticaram em defesa da Nação brasileira.

E, neste momento, nós prestamos homenagem, identificando o nome do Presidente da Legião Paranaense do Expedicionário, Thomáz Walter Iwersen, do Desembargador João Cid Portugal, do General Ítalo Conti, e de outras autoridades que hoje prestaram esta homenagem.

Senhor Presidente, aproveitando a oportunidade, há no Horário da Liderança do PDT, me causou uma certa curiosidade uma nota trazida e lida aqui nesta tribuna, há poucos minutos atrás, pelo Deputado Paulo Furiatti. Parece-me que algumas forças estranhas, que alguma coisa está acontecendo que tenta inviabilizar uma coligação que me parece uma das coisas mais importantes que está acontecendo na política do Paraná. Pode ser que amanhã eu venha também a ser contra esta coligação...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Algaci Túlio, esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado e nós já lhe concedemos alguns minutos, mas, concedemos mais um minuto, para concluir.

O SR. ALGACI TÚLIO - Um minuto, Sr. Presidente.

Então, queria dizer que neste momento nós devemos ter muito cuidado: o PDT, o PSDB. Eu não posso avaliar como o Vice-Presidente do PDT, no Paraná, avaliar esta nota quando diz aqui, em determinado

momento, que: (lê) "Na avaliação do quadro nacional, questionou-se o comportamento do PSDB no que diz respeito a atitudes hostis de algumas lideranças, quando se trata de candidatura principal do PDT à coligação".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados! Nós participamos de todas as reuniões. E todas as reuniões foram no mais alto nível, na mais alta respeitabilidade. Alguém está "mordido pela mosca azul" e está querendo, quem sabe, se lançar candidato a Governador, pelo PDT. O PDT, atualmente, não tem candidatura própria. E se houver, há necessidade disso. Este Parlamentar também se lança candidato a Governador do Estado, Senhor Paulo Furiatti! Há que se respeitar, primeiro, um acordo de cavalheiros, com toda a cúpula do PSDB. Com toda a cúpula do PDT. Com a Comissão Executiva do Partido. Com homens honrados, que procuram, neste momento, selar uma coligação que dará ao Paraná um grande sustentáculo político!

Por isso, Senhor Presidente, encerrando meu pronunciamento, não posso avaliar como vice-Presidente do PDT, esta nota aqui. E chamarei a atenção da nossa Executiva, do nosso Presidente, que não nos comunicou da ida ao Rio para conversar com o Senhor Leonel Brizola. O Senhor Leonel Brizola é um homem integrante do PDT. Mas, não é dono do PDT, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Raul Lopes, por cinco minutos.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós vamos tentar acalmar os ânimos, que estão um pouco acirrados, por parte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita que os Senhores Parlamentares mantenham o silêncio necessário, para que possamos ouvir o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Comece a contar o tempo, agora, por favor, Senhor Presidente.

Vamos tentar acalmar os ânimos acirrados de dois companheiros que, nesta tribuna, enfocam, analisam, avaliam o momento político do Paraná, com repercussão nacional, no que diz respeito à sucessão governamental.

Falou-se aqui também da preocupação do governo federal em alinhar certas medidas administrativas, no que diz respeito às mordomias. E, ato contínuo, outro exaltava a consciência cívica nacional, falando alguma coisa sobre o "Dia da Vitória".

Muito bem, é sempre salutar ver, nesta

tribuna, momentos dignificantes, momentos oportunos, pertinentes como o que foi abordado, face a ausência de uma consciência nacional para o momento atual.

Mas, eu vim aqui, prezados companheiros, para abordar alguma coisa lastimável que se encontra neste Estado do Paraná, administrado, naturalmente, pelo Governo.

Na área da saúde, na área do transporte, na área da Segurança Pública e na área da Educação, que é o momento palpitante, o momento que tem nos tomado toda a atenção dos nossos trabalhos, nesta Casa.

Eu vim aqui, companheiros, abordar um assunto pelo qual fui procurado por alguns familiares sobre o que está acontecendo, neste Governo, no que diz respeito a jogos. Criou o Governo a Lotopar, Nacib Jamur é o seu messias, o seu promotor, e ele acaba de criar também a raspinha. E a grande preocupação está aí, quando nós tentamos dignificar, cuidar da criança que é o maior alvo, que tem sido o maior alvo deste momento, e que familiares preocupados nos procuraram, e quero crer outros companheiros, para uma tomada de posição sobre a forma que está se tomando no que diz respeito ao incentivo, à motivação dos jovens, que já não mais comprem na escola o lanche, quando recebem de seus pais determinadas importâncias para irem às bancas e até mesmo no colégio, alguns colégios vendendo aquilo que, naturalmente a criança vai adquirindo o vício, para talvez, mais tarde, se tornar a ser uma pessoa voltada para o jogo.

O Governo quando poderia valorizar, dignificar e analisar o sentido, o alcance do que isso poderia trazer, muito pelo contrário, generaliza e põe ao alcance de crianças, de jovens que chegam até a subtrair recursos de seus pais para iniciar já uma campanha, uma motivação viciada pelo jogo, em busca de alguns cruzeiros. Jogam eles cruzeiros para buscar alguns cruzeiros!

De sorte que, a nossa presença nesta tribuna é para exaltar e dizer que vamos apresentar uma Emenda, nessa Lei, no sentido de que se quiser reunir recursos para formar um bolo, um orçamento, que se discipline a casa de loterias e não se generalize a qualquer banca de jornal, a ponto destas crianças ficarem vulneráveis e com um prejuízo considerável às suas formações. Já não bastasse o jogo do bicho, uma contravenção penal, que neste Brasil ainda não houve alguém que pudesse, em que pesem as tentativas em todas as Casas de Leis, deste País, no sentido de tentar discipliná-lo.

E aqui eu venho, mais uma vez chamar a atenção para a necessidade do Governo retomar uma posição para que tal não venha mais a acontecer. E chamar aqui também a

atenção para o momento importante que aqui tivemos oportunidade de assistir, a consciência cívica, a consciência nacional para um momento tão importante da nossa vida política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Mário Pereira.

Antes porém, esta Presidência gostaria de registrar a presença de Vereadores de Maringá, Jamil José Petti, Mário Ozakawa, Prof. Edite Dias, Marco Antônio Rocha Loures, Jacira Martins, Nereu Vidal César, Laércio Mora, Antônio dos Santos Soares, Nilson de Oliveira, Euclides Zago, Vitor Hoffmeister, Aristides Conte Souto, Eduardo Aciatti.

A pedido do Deputado Ezequias Losso, fazemos as nossas congratulações à presença dessas pessoas, como registramos também a presença do Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, o médico veterinário, o Dr. Ari Eduardo Stroier.

A palavra por trinta minutos, com o Deputado Mário Pereira, no Grande Expediente.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A agricultura brasileira e especialmente a do nosso Estado passa por dificuldades que o Parlamento precisa se posicionar, pois corre o risco a agricultura, correm riscos os agricultores de não conseguirem neste mês de maio saldar seus compromissos com os bancos, pois neste mês vence o custeio da safra de verão.

Foi repassado para o financiamento o IPC de março, a inflação de março, 84%. E os preços agrícolas com o plano Collor diminuíram, tendo agora uma lenta reação. Os financiamentos agrícolas Senhores Deputados, são provenientes na sua maioria, da Caderneta de Poupança Verde, do Banco do Brasil, ou os financiamentos além dos limites concedidos pelo governo para pequenos e médios e grandes agricultores, são financiamentos livres, com recursos captados pela rede bancária junto à população e aplicados principalmente no over.

Os recursos de caderneta de poupança e do over, foram bloqueados por 18 meses, quando então passarão a ser pagos durante 12 meses, em 12 parcelas.

O agricultor que terá que saldar seu compromisso no mês de maio, viu o seu financiamento subir no dia 1º de abril, em 84%. E se nós fizermos uma comparação com os preços, vamos verificar que o agricultor que tinha um milhão de cruzados de financiamento de custeio, passou a dever

no dia 1º de abril um milhão oitocentos e quarenta mil cruzeiros. Uma saca de soja Senhores Deputados, estava na edição do Plano Collor, a 475 cruzeiros. E agora, no início de maio, no dia 4 de maio para precisar um dia, a 570 cruzeiros.

Portanto, o agricultor que precisava para pagar o seu custeio, este agricultor que financiou um milhão de cruzados e 2.105 sacas passa a necessitar de 52% a mais, ou seja, 3.200 sacas para pagar o mesmo financiamento. No primeiro dia útil de maio, no dia 2 de maio a Ministra Zélia anunciou o índice de prefixação de preços e numa estratégia de sustentação do Ministro, Ministro Magri, foi dado publicidade de que ele interferiu e obteve sucesso na prefixação dos preços mantendo congelada a cesta básica, pois o índice de prefixação de preços foi de 0%.

Na cesta básica lá está incluída a lata de óleo de soja que hoje é vendida a 35 cruzeiros. O óleo de soja, Senhor Presidente, Senhores Deputados, corresponde a 18,5% de uma saca de soja, é o limite, considerando o subproduto, o farelo, o limite que podem as indústrias de esmagamento de óleo pagar no mercado interno para vender o óleo de soja a 35 cruzeiros é de 572 cruzeiros a saca.

Portanto, Senhores Deputados, Senhor Presidente, a agricultura vive um impasse, não tem dinheiro para pagar o custeio se não houver uma reação do preço de grão, ou então, se houver uma reação do preço do grão haverá desabastecimento, pois a indústria de esmagamento de óleo não pode pagar além de 572 sob pena de vendendo a lata de óleo a 35 cruzeiros, ter prejuízo.

O dinheiro de financiamento para a agricultura veio do over e da caderneta de poupança. Quem aplicou no over ou na caderneta de poupança teve o seu recurso bloqueado por dezoito meses e será restituído após um ano e meio em mais um ano, em doze parcelas. Portanto, se o agricultor saldar o seu compromisso de custeio no mês de maio, devolve o dinheiro ao Banestado, ao Bamerindus, ao Banco do Brasil, e essas instituições não devolverão dinheiro aos poupadores, ficarão com os cruzados emprestados transformados em cruzeiros, pois o agricultor passa a dever em cruzeiro, aplicarão o dinheiro, e o poupador que aplicou o recurso não receberá o seu recurso de volta. O agricultor não tem condições de pagar o custeio no mês de maio, pelas razões já aqui levantadas por mim.

O Bamerindus e o Banestado, Senhores Deputados, Banco da nossa terra e da nossa gente, de bancos que têm a maioria de suas agências no Paraná, que vivem, ajudam e recebem ajuda da agricultura, dos agricultores, também vão pressionar, o Banestado e Bamerindus, os agricultores da nossa

terra, da nossa gente, a pagar os financiamentos que não têm condições de pagar.

Ora! Eu acho que Banco da nossa terra e Banco da nossa gente, "slogan" simpático da população paranaense, não podem ficar sendo apenas peça publicitária. É hora de um Banco com matriz no Paraná, o Banestado e o Bamerindus, dar um exemplo ao Brasil, prorrogando a dívida dos agricultores nos mesmos moldes do plano Collor, ou seja, prorrogar o custeio por dezoito meses e depois, nesses dezoito meses evidentemente correndo correção monetária em cruzados, como o dinheiro bloqueado das cadernetas e no over está sendo corrigido, e após os dezoito meses, doze parcelas para pagamento do custeio.

O Banestado e o Bamerindus têm a obrigação, sendo bancos do Paraná, de tomar a iniciativa, dar o exemplo, pressionar os outros Bancos para que a agricultura do nosso Estado não venha quebrar agora no mês de maio de 1990, quando dando um crédito de confiança ao governo federal, novamente, com um preço mínimo defasado, o agricultor plantou a safra de inverno, chegando até a faltar sementes de trigo no mercado, e só não plantou o agricultor que não conseguiu comprar semente para plantar a cultura de inverno.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência permite um aparte? Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência aborda com muita propriedade a questão da agricultura paranaense, e não só paranaense, Deputado, mas a brasileira. Todos nós sabemos que o plano Collor está sendo bom para alguns setores, mas para o setor da agropecuária ele até o presente momento só produziu resultados e efeitos negativos, senão vejamos, não tivemos condições como Vossa Excelência bem relata, de saldar os compromissos perante os bancos, porque em muitas partes aqueles que tinham dinheiro, esse dinheiro ficou represado, ficou retido, aquele que não tinha dinheiro que aguardava o dinheiro através da comercialização de sua safra de verão, não obteve esse dinheiro porque não havendo recursos para comercialização a sua produção não foi comercializada, portanto, ele não obteve recurso e não saldou sua dívida. Então realmente nós estamos vivendo um momento de grande impasse, de grande dúvida perante a situação dos agricultores. Na semana que passou Vossa Excelência tem conhecimento, esta Casa, através do bloco agropecuário e da Comissão da Agricultura, fez acontecer um fórum em que se discutiu as medidas econômicas do plano Collor e seus efeitos na agropecuária. E as conclusões tiradas desse fórum de debates que contou com a participação de Parlamentares, contou com a participação da OCEPAR, da FAEP,

da FETAEP, da UPAR, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, todas as conclusões foram de que o plano Collor para o setor agrícola, é nefasto, e nós temos realmente que continuar levantando a nossa voz para que mais uma vez, quem sabe, possamos ser ouvidos e os agricultores não venham a sofrer muito mais do que estão sofrendo podendo ir à falência como alguns casos já se prevê.

Muito oportuna a Vossa fala quando chama a atenção e a responsabilidade até para que os nossos bancos, o Bamerindus, o Banestado, saiam à frente buscando solucionar ou ajudar na solução dos problemas vivenciados hoje pelo setor produtivo paranaense. Eu me recordo que em 1987 o Governador Álvaro Dias recém-chegado ao Palácio Iguacu tomou à frente, estabeleceu e implantou o programa de recuperação dos agricultores do Vale do Ivaí, àquela altura fechando bancos e produzindo protestos nas rodovias e cooperativas e sem a mínima condição de saldar os seus compromissos face as intempéries e os problemas que haviam ocorrido no Vale do Ivaí naquela ocasião. O Governador Álvaro Dias saiu à frente, fez um programa na época beneficiando perto de mil agricultores que não perderam as suas propriedades, que não deixaram de ser agricultores, que não deixaram de continuar plantando e que hoje desses mais de 500 agricultores todos eles, com exceção de apenas uns 30 saldaram seus compromissos, continuam sendo agricultores e não passaram para a condição desagradável que todos nós condenamos que é a condição triste que vive os sem-terras desse Paraná e desse Brasil. Portanto, muito oportuna a Vossa fala quando chama a atenção dos nossos bancos, e nós gostaríamos também que o Bamerindus e o Banestado saíssem à frente buscando junto com nossas lideranças políticas, nossas lideranças do setor agrícola, encontrar uma solução pelo menos para nós os paranaenses, pelo menos para nossos agropecuaristas paranaenses nesse momento de grande dificuldade que se encontram, onde sua dívida foi reajustada em 84% e o valor do seu produto está sendo reajustado em apenas 41%.

Meus cumprimentos e tenhamos que louvar a Deus que esta Vossa iniciativa encontre eco nas nossas entidades financeiras do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me inscrevo para um aparte, posteriormente.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu concedo, pela ordem, aparte ao Deputado Sabino Campos, mas antes quero agradecer o aparte do Deputado Orlando Pessuti e dizer, que eu acho que neste momento, o BANESTADO e o

BAMERINDUS não só devem se juntar às autoridades para se buscar uma solução como tomar uma decisão unilateral de não cobrar o custeio senão nos moldes do dinheiro bloqueado no próprio BANESTADO e no BAMERINDUS pelo Governo Federal; eles não terão que devolver o dinheiro, portanto, não precisam agora receber.

E o caro Deputado Orlando Pessuti coloca bem que o preço mínimo só foi reajustado em 41%, mas sabe o Deputado Pessuti, que é Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário, que o preço mínimo, mesmo reajustado em 41%, é um preço mínimo muito aquém da realidade, absolutamente defasado e mesmo que estivesse sido reajustado a 84% continuariam as dificuldades para o setor produtivo.

Concedo, com satisfação, um aparte ao Deputado Sabino Campos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu me inscrevo, posteriormente, para um aparte a Vossa Excelência Deputado Mário Pereira.

O SR. SABINO CAMPOS - Eu agradeço ao nobre Deputado e parabéns por ter levantado este assunto de grande importância ao setor primário do Paraná.

Eu só queria, nobre Deputado, enriquecer um pouco mais os problemas que Vossa Excelência levantou da tribuna.

O soja, Nobre Deputado, a semana passada, em nossa região, chegou a ser negociado a quinhentos e setenta e cinco cruzeiros a saca; ontem, no meu Município, Toledo, estava a quinhentos e cinquenta cruzeiros, nobre Deputado, baixou mais ainda do que estava até ontem, até o dia quatro e está baixando mais o preço do soja.

Mais um exemplo: os suinocultores. No dia 14 de março estava o preço do suíno, na nossa região, sendo pago ao suinocultor quarenta e três cruzados o quilo; hoje está sendo pago, nobre Deputado, quarenta cruzeiros o quilo. Veja bem, baixou, esteve a trinta e, agora, está em torno de quarenta cruzeiros. Mas, em contrapartida, aquilo que o produtor tem baixa, ou se mantém o preço, ou sobe muito pouco.

O adubo: aproximadamente há trinta dias atrás, eu comprei uma saca por quinhentos e setenta e quatro cruzeiros; comprei a semana passada novamente o mesmo adubo, paguei em torno de setecentos e quarenta cruzeiros a saca.

Semente de trigo: há trinta dias atrás se vendia na nossa região a seiscentos e trinta cruzeiros a saca e hoje está a oitocentos, oitocentos e cinquenta e novecentos cruzeiros a saca.

Aquilo que o produtor precisa para refazer a sua lavoura se eleva violentamente, e o produto que ele tem, a tendência é

se manter, às vezes, baixar e indo acima muito pouco.

A proposta de Vossa Excelência em relação o que o BAMERINDUS e o BANESTADO tomam a frente nesse processo é de grande importância, apesar de sabermos que os recursos aplicados, a sua maioria, não são recursos oriundos do BANESTADO nem do BAMERINDUS, são oriundos, repassados pelo Banco Central, portanto a ele terão que prestar contas, mas mesmo assim, eu acho que através da coragem dos homens do Paraná, que construíram e estão construindo este Estado, deveriam sair na frente e, com isso beneficiar o setor importante para o Paraná, que é o setor primário: setor da agropecuária.

Parabéns Deputado, vamos a esta luta porque estamos juntos.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço ao Deputado Sabino Campos e observo que o cálculo que eu fiz aqui do aumento de 52% no custeio, no desembolso do agricultor com relação aos preços era considerando o saco do soja, que eu tomei como exemplo, a quinhentos e setenta cruzeiros e Vossa Excelência me informa, agora, que ontem estava em Toledo a quinhentos e cinquenta. Vossa Excelência informa também que os insumos aumentaram sem considerar, que aliás também é um insumo, o frete que no plano Collor também fez parte do tarifação e o aumento do combustível, o que onera o frete, portanto, onerando também o custo de produção do agricultor.

Eu concedo um aparte com muita satisfação ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço a Vossa Excelência e quero parabenizá-lo pela forma brilhante que defende neste momento a crise que vive a Agricultura do Paraná e do Brasil.

É apenas para uma complementação quando o Deputado Orlando Pessuti levantou a questão da posição e o apoio do Governador Álvaro Dias junto ao Banco do Estado do Paraná na região de Ivaiporã. Nós gostaríamos, ilustre Deputado Mário Pereira, de acrescentar também que aqui nesta Assembleia Legislativa quando o ex-Deputado Domingos Scarpellini pertencia como Presidente da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa e nós tínhamos a participação de Vice-Presidente, fizemos aqui um encontro da Cafeicultura do Paraná e nós estávamos vivendo justamente aquele episódio que o Paraná atravessou com relação à seca. E quero lembrar aqui que o município de Altônia sofria as mais graves consequências com relação à estiagem e Altônia ainda, eu acho, é o primeiro parque cafeeiro do Estado do Paraná e nós levamos ao conhecimento do Governo essa situação

grave dos cafeicultores, principalmente os minifúndios, e prontamente o Governo Álvaro Dias atendeu o repasse de recursos na ordem de duzentos milhões de cruzados na época, aonde foi possível atender os pequenos produtores que não precisaram vender as suas propriedades para saldar compromissos que realmente a seca prejudicou a colheita do café trazendo um prejuízo muito grande aos produtores.

Então, a participação do Governador Álvaro Dias, a participação do Banco do Estado do Paraná foi muito grande nesse setor no município de Altônia.

Então nós queremos nos somar com V.Exa. quando dessa proposta que coloca em defesa dos agricultores do Paraná. Parabéns.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Eu agradeço o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato e ainda me reportando ao aparte do Deputado Sabino Campos quando diz que grande parte dos recursos são oriundos do Banco Central e que os Bancos BAMERINDUS e BANESTADO ou qualquer outro banco da rede bancária brasileira teria que prestar contas, é evidente, Deputado Sabino, que se o Banco Central quiser fazer uma intervenção no Bamerindus ou no Banco do Estado, porque o Bamerindus e o Banco do Estado, se tiverem coragem, tomarem essa iniciativa, eu acho que não ocorrerá pois o Banco Central não terá coragem de intervir para quebrar a agricultura do Paraná.

O SR. GERNOTE KIRINUS - V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Mário, eu estava acompanhando o seu pronunciamento dentro do meu gabinete, pelos autôfalantes, e realmente não pude me furtar em vir parabenizá-lo pelo oportuno discurso que V.Exa. faz e também aproveitando o gancho do seu discurso para trazer a público uma denúncia que me vem de agricultores da minha região, ou da nossa região, em que certas agências do Banco do Brasil, depois da liberação dos recursos para custeio do trigo em que está fixado 60% sobre o custeio de 1% de juro ao mês, as agências estariam pressionando e obrigando os agricultores que querem e precisam de empréstimo a tomar também o restante, os 40%, ao juro de 3,5, sob pena de não ser liberado o financiamento.

É uma denúncia que me parece que não condiz com as normas do Banco do Brasil, mas torna-se necessário, aproveito a oportunidade, para fazê-la aqui e realmente pedir às autoridades do Banco Central que coibam esse tipo de pressão, esse tipo de ágio que o Banco do Brasil estaria fazendo em certas agências em Marechal Cândido Rondon, Nova Santa Rosa e outras de nossa região. Vim especialmente para isto e mais

uma vez me somo as suas palavras e parablenizo-o pelo oportuno discurso que V.Exa. faz.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço, Deputado Gernote Kirinus, e seu aparte demonstra que é muito difícil nós, aqui nesta Casa Legislativa, pressionarmos o Banco do Brasil, que comete esses absurdos contra o agricultor do que os bancos da nossa terra e da nossa gente, o BAMERINDUS e o BANESTADO.

Por isso é que insistimos, nós achamos que o BAMERINDUS e o BANESTADO para poder honrar o "slogan" de Bancos da Nossa Gente e da Nossa Terra trabalhem concretamente no sentido de não quebrar a nossa terra e a nossa gente, porque se não perde o valor e o efeito a peça publicitária simpática, que tem a simpatia e admiração de todos nós paranaenses, mas num momento desses, importante, que vive a base da nossa economia, que é a agricultura, o Estado que tem o maior desenvolvimento industrial no Brasil, que é o Paraná, mas centrado na agroindústria, em função da nossa produção agrícola que o Paraná cresce industrialmente, e é nesse momento que o BAMERINDUS e o BANESTADO concretamente que têm demonstrado que são bancos da nossa terra e bancos da nossa gente.

E mais ainda: além desse apelo a que o BANESTADO e o BAMERINDUS prorroguem os débitos em 18 meses e cobrem em 12 parcelas como fez o Plano Collor, também um apelo aos agricultores: que não transformem as suas dívidas em cruzeiros (eles devem em cruzados) e que efetivamente não paguem o custeio no mês de maio - e isso não é um incitamento à desobediência civil e sim a uma defesa da sociedade e da economia do Paraná porque não é possível permanecer dentro dessas condições a agricultura de pé.

E mais: todos nós defendemos, queremos que o Plano Collor dê certo, ele é a esperança da população brasileira, é a última esperança - dizem muitos brasileiros - o sucesso do Plano Collor. Os bancos não podem pressionar o Plano no sentido de inviabilizá-lo. Se a sociedade, se o trabalhador brasileiro está pagando uma cota de sacrifício muito grande com o desemprego e o salário sem aumento, se o Poder Público a nível federal ainda não fez as reformas para diminuir o seu custo, mas se pretende fazer, os bancos também têm que apoiar o Plano Collor - BANESTADO e BAMERINDUS aqui concretamente no nosso Estado.

A palavra, portanto, está com o BANESTADO, banco oficial da nossa terra e da nossa gente, e o BAMERINDUS, banco da nossa gente e da nossa terra. O "slogan" publicitário que venha para a prática, eles tomem a iniciativa, dêem o exemplo e

empurrem toda a rede bancária brasileira a não quebrar a agricultura que é o sustentáculo da nossa economia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o PTB.

DECLINA.

Com a palavra o PDS.

DECLINA.

Com a palavra o PDT.

DECLINA.

Com a palavra o PFL.

DECLINA.

Com a palavra o PRN.

DECLINA.

Com a palavra o PMDB.

DECLINA.

Com a palavra o PDC.

DECLINA.

Com a palavra o PL.

Concedo a palavra ao Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, eu consulto V.Exa. se eu poderia usar na seqüência o Horário do PMDB que me passou despercebido o anúncio de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. quer usar?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Quero.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente. Nós ouviremos com prazer V.Exa.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, lideranças do Interior, os amigos da Assistência, a Imprensa do Estado do Paraná. Nós hoje conseguimos, Senhor Presidente, apoio a um projeto de lei complementar que estamos apresentando na Assembléia Legislativa no sentido de regulamentarmos a Constituição do Estado do Paraná que, sem dúvida alguma, até o presente momento, trata-se de uma "sinfonia inacabada", como acontece também com a Constituição Federal.

O artigo 155 da Constituição Estadual diz que o Estado promoverá todos os esforços no sentido de implantar a reforma agrária no Estado do Paraná. Hoje o nosso Estado tem aproximadamente 9 milhões de habitantes e contando inclusive com o "free-lance", aqueles que aproveitam os momentos de colheita para ganhar um dinheirinho a mais, e não é segredo para ninguém: eu, por exemplo, conheço uma professora de uma escola rural, que além de ministrar aulas ou em períodos de greve, colhe algodão para ganhar um pouquinho a mais.

Acho profundamente lamentável, Senhor

Presidente, o que acontece hoje no Estado do Paraná com relação ao funcionalismo público que é, sem dúvida, o grande sustentáculo de qualquer administração estadual, municipal e federal. Apresentamos um projeto onde o Governo do Estado destinará, a partir de 1991, 5% de suas disponibilidades financeiras com a finalidade de implantação da reforma agrária.

Por ocasião da remessa do orçamento para a Assembléia Legislativa do Estado, o Chefe do Poder Executivo deverá encaminhar mensagem propondo a regularização de ocupações e a destinação de terras públicas e devolutas. A regulamentação, inclusive do disposto nos termos do artigo 155 a 160 da Carta Magna do Paraná.

As verbas orçamentárias de que trata o artigo 1º do nosso projeto, projeto de lei complementar, serão aplicadas no percentual de 80% para a aquisição de terras e 20% para o apoio aos assentados. Não adianta, Senhor Presidente, apenas dar a terra, é preciso apoiar o assentado. Hoje, no Estado do Paraná, nós temos aproximadamente 70% de habitantes residindo nas cidades e apenas 30% estão na zona rural. O êxodo rural aconteceu exatamente pela grande propaganda de industrialização nas cidades grandes.

O que nós pretendemos e este não é apenas um projeto de lei complementar, é um compromisso de governo do nosso partido, o Partido Liberal, que disputará as eleições deste Estado com chances iguais de vencer a eleição tanto no 1º turno como o 2º turno.

Quero agradecer nesse momento, Senhor Presidente, o apoio dos nobres Parlamentares ao nosso projeto de lei complementar. E não tenham dúvida de que este é um marco de uma posição de vanguarda até deste Estado, que contribui aproximadamente com 25% dos grãos deste país, para começarmos, definitivamente, a reforma agrária no Estado do Paraná.

Quero, apenas encerrando, Sr. Presidente, quando se coloca a imagem desgastada de um Poder que é o Poder Legislativo, que é preciso identificar as Casas Legislativas que trabalham, como as Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas e Congresso Nacional. Para isso temos a imprensa e, de forma imparcial é preciso que a imprensa mostre, exatamente, o que fazem os Parlamentos, o que apresentam os Deputados, os Vereadores, os Senadores, para a construção.

Porque eu não entendo reconstrução, eu entendo construção porque sem alicerce não existe nada. É preciso que comecemos pelo alicerce.

E esta é uma das bandeiras do nosso Partido, o Partido Liberal que vai para esta eleição com a disposição e a determi-

nação de ganhar a eleição no Estado do Paraná, sempre, Sr. Presidente, valorizando, acima de tudo, porque se um companheiro do nosso Partido ficar para a história como um grande governante, é preciso também que se divida esse sucesso com os funcionários públicos do Paraná e com as professoras, principalmente de 1º grau, porque elas ensinaram a cada um de nós o be-a-bá nas escolas do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Inúmeras discussões em pauta hoje mereceriam que fizéssemos uma análise sobre elas. No entanto, o tempo nos é escasso no Horário da Liderança.

Gostaríamos de nos deter principalmente sobre o item 26, Projeto de Lei nº 85/90, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, que revoga a lei nº 9058.

É importante, e eu saúdo a Presidência desta Casa e os nobres Parlamentares que ontem efetuaram uma reunião para procurar em conjunto, suprapartidariamente, medidas saneadoras deste Poder. No entanto, o resgate da dignidade do trabalho, do respeito, da confiabilidade do Poder Legislativo, vai além de algumas medidas internas que venhamos praticar nesta Casa.

Vai mais na postura da análise daquilo que fizermos neste Poder com referência ao nosso Estado do Paraná. Não ao Estado do Governador Álvaro Dias, não ao Estado de uma bancada ou de um partido, mas um Estado de todos nós, paranaenses. Ao passo que estamos votando e negociando, num conflito, com a questão de aumento salarial, ao passo de estarmos contemplando a arrecadação própria do Estado sendo insuficiente para a folha de pagamento, estamos votando mensagens, projetos e mais projetos com isenção de ICM para setores de economia. Esta isenção de ICM traz um reflexo direto na arrecadação do Estado. Se o Estado perder sua capacidade de arrecadação, evidentemente, senhores servidores, terá mais dificuldade inclusive em poder compor a sua folha de salários.

Mas o item 26 da pauta, na revogação da Lei nº 9058, pelo menos não pode ser votado numa análise mais profunda. O que é a Lei nº 9058? É a lei que institui, prezados companheiros, uma alteração numa lei anterior, do tempo do Governo anterior, assinada pelo Governo Richa e pelo então Secretário de Finanças, que foi Governador também, João Elísio Ferraz de Campos. Alteração por força da legislação na mudança da titulação das letras do Tesouro do Es-

tado.

A Lei nº 9.058, que se pretende revogar no plenário desta Casa em 1ª discussão, é a que autoriza o Estado do Paraná a colocar letras no seu Tesouro, regulamentada pela política monetária nacional, supervisionada pelo Banco Central, para que o Estado do Paraná neste instante em que se procura títulos, tenha os seus títulos para vender.

Do que vale mutilar o Estado do Paraná? Os outros Estados têm títulos da dívida pública para serem negociados. O investidor do Paraná será possível que venha a ter que comprar títulos da dívida pública do Estado de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado do Rio Grande do Sul? Porque este Parlamento venha revogar a lei que autoriza o Estado do Paraná a colocar no mercado, dentro dos critérios da política financeira nacional, nos critérios do Banco Central, respaldado pelo plano orçamentário, nos limites da capacidade de antecipação. Para quê? Para entrarmos o desenvolvimento do Estado?

Não acredito que seja isto que passe pela cabeça do nobre Parlamentar no instante em que, revogando a Lei nº 9058, está automaticamente revogando a lei anterior, 8212, porque os títulos mudaram.

Enquanto a Lei nº 9058, aprovada por este Parlamento, fala em Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná, OTR-PR, a Lei nº 8212 fala em Obrigações dos Recursos do Estado do Paraná, as ORT/PRs. Não podemos, companheiros Parlamentares, independente da sigla partidária, votar favorável ao Projeto de Lei nº 85/90, sob pena de, irremediavelmente, mutilarmos o Estado do Paraná na sua capacidade de continuar desenvolvendo e fazendo frente às suas necessidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o seu nome para compor a CPI sobre a situação financeira do Estado. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ato do Sr. Presidente, nº 02/90, declara constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por sete (07) membros, conforme requerimento recebido pela Mesa, que objetiva averiguar eventuais irregularidades na área fazendária e sistema financeiro estadual. - À Diretoria Legislativa, para atendimento ao disposto

no item II e anexação ao requerimento que originou a CPI.

Projetos de Resolução, em n° de quatro, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria dos Srs. Deputados Werner Wanderer e Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Proposição de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiada. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados João Arruda e Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 262, 277, 220 e 77/90, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 304/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 262/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 91/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, inclusive transferência de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, com base no disposto no art. 18 da Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989. - (Publ. no D.A. n° 42, de

Curitiba, terça, em 08.05.90

23.04.90, Mensagem).

Sobre o referido Projeto, parecer da COMISSÃO GERAL, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 262/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem n° 91/90, visa autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, inclusive transferência de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, com base no disposto no art. 18 da Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989.

Chamada esta Comissão Geral, entende que a apreciação da matéria a esta Casa de Leis, torna-se necessária, já que tais recursos deverão ser utilizados para atender despesas correntes e de capital dos mesmos.

Por não haver impedimentos de ordem constitucional ou legal à presente matéria, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Em votação o parecer e o projeto. - Aprovados.

O projeto, a partir de amanhã, ficará sobre a mesa aguardando emendas, durante três sessões.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 220/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 81/90), que aprova um crédito especial no valor de até Cr\$ 26.083.245,00 para permitir a transferência orçamentária das dotações da atividade, programação a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná, da Secretaria de Estado da Comunicação Social para a Secretaria de Estado da Cultura. - (Publ. no D.A. n° 38, de 16.04.90, Mensagem).

Sobre o referido Projeto, parecer da COMISSÃO GERAL, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 220/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem n° 81/90, visa obter a aprovação da Assembléia para um crédito especial no valor de até Cr\$ 26.083.245,00 para a Secretaria de Estado da Cultura, a cargo da Fundação Rádio e Televisão do Paraná. A iniciativa do Executivo, vem fundamentada no Art. 24, do Ato das Disposições Constitucionais transitórias da Constituição Estadual, que preceitua:

- O Estado implantará emissora de te-

levisão, de caráter educativo e cultural, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses.

Esclarece também que a fonte dos recursos para a referida programação, serão decorrentes dos saldos existentes na Fundação Rádio e Televisão do Paraná.

Procedida a análise do presente plano de lei, esta Comissão geral dá seu Parecer Favorável opinando pela sua aprovação do projeto de lei, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOÃO ARRUDA - Relator

Em votação o Parecer e o Projeto. - Aprovados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 94/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao vigente Orçamento Geral do Estado, até o valor de Cr\$ 15.351.332.451,00, conforme especifica. (Publ. no D.A. n° 47, de 03.05.90, Mensagem).

Sobre o referido Projeto, parecer da COMISSÃO GERAL, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 277/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 94/90, objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, até o montante de Cr\$ 15.351.332.451,00.

A iniciativa vem fundamentada na necessidade da atualização das receitas de recolhimento, baseada no art. 18 da Lei Estadual n° 9173, de 27 de dezembro de 1989.

A cobertura dos referidos créditos provenientes de superávit financeiro apurado nos balanços das entidades no exercício de 1989, de excesso de arrecadação em recursos próprios, de incorporação de recursos resultantes da Loteria Instantânea de Resultado Imediato e de remanejamento de dotações da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

Procedida a análise do presente projeto de lei, esta Comissão Geral dá seu Parecer Favorável à autorização solicitada, opinando pela aprovação do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator

Em votação o Parecer e o Projeto. - Aprovados.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Sr. Presidente, gostaria que registrasse o meu voto contrário a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será devidamente registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 077/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 09/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9173, a conta de receitas do Recolhimento Centralizado, até o valor de Cr\$ 3.561.194.768,00, a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e da Administração Direta e Indireta. (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90, Mensagem).

Sobre o referido Projeto, parecer da COMISSÃO GERAL, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 77/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 09/90, objetiva autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de Cr\$ 3.561.194.768,00, destinado exclusivamente ao atendimento de despesa de pessoal e encargos sociais do Poder Executivo.

A iniciativa esclarece que a fonte de recursos para a cobertura do referido crédito é decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9173, de 27.12.89, sendo que o valor solicitado atenderá parte das necessidades de dispêndios com pessoal e encargos sociais advindos principalmente do processo inflacionário acelerado e de fatos consumados na data base de aumento do funcionalismo público.

Procedida a análise do presente projeto de lei, esta Comissão Geral dá seu Parecer Favorável à alteração dos limites de créditos fixados pela Lei n° 9173, de 27.12.89, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

EDUARDO BAGGIO - Relator

Em votação o Parecer e o Projeto. - Aprovados.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

304/89, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia a professores que sofreram descontos por motivo de greve e proceder o devido ressarcimento. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o projeto, duas emendas de 2ª discussão e o substitutivo geral de Terceira Discussão.

A Mesa alerta aos Srs. Deputados que o Substitutivo tem preferência regimental sobre as emendas.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - (Lê):

PROJETO DE LEI Nº 304/89

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO

Art. 1º - Ficam sem efeito, a partir de 1º de janeiro de 1990, até a publicação da presente lei, todos os atos, processos ou iniciativas que tenham gerado qualquer tipo de punição aos integrantes do Magistério e demais servidores públicos do Estado do Paraná, em virtude da interrupção das atividades profissionais, através da decisão de seus trabalhadores, garantida a readmissão, se for o caso.

Parágrafo Único. O Poder Executivo providenciará mediante folha suplementar, os devidos ressarcimentos, num prazo máximo de 10 (dez) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 2º - A autoridade que deixar de cumprir o disposto nesta lei, incorrerá em crime de responsabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) HERMAS BRANDÃO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento: NELSON VASCONCELLOS e JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os autores do Substitutivo Geral são os mesmos Deputados que apresentaram as Emendas em 2ª discussão.

Aprovado o Substitutivo Geral, estarão prejudicadas duas Emendas, e o Projeto irá a 4ª discussão. A Mesa alerta aos Senhores Deputados que, aprovado o Substitutivo Geral, estarão prejudicando as Emendas. Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, o presente projeto de lei, no meu modo de entender, não configura realidade alguma, em razão de não existir punição, no período. Em segundo lugar, o regime trabalhista, na abrangência do projeto, inclui servidores estatutários, servidores celetistas, que são regidos por lei especial, que é a lei traba-

lhista, não havendo competência para que dissídios da CLT, dissídios trabalhistas, possam estar incluídos na abrangência da lei. Faço esta justificativa, como fiz anteriormente, quando da votação das demais mensagens apresentadas nesta Casa. E faço-o com a consciência tranqüila, de quem está procurando caminhar na solução do impasse a professores em greve e Governo, através do Executivo, apenas para que não venhamos interpretar uma vez mais de que aquilo votado nesta Casa seja verdade absoluta. Precisamos encontrar a solução correta, perfeita, e solução do impasse que possa acontecer, o resto é a tentativa, momentânea, que em nada levará à solução dos problemas.

Repito, nós temos no quadro de funcionalismo do Estado diversas regências de leis trabalhistas e dissídios podem ser discutidos, perdidos ou ganhos pelas partes na Justiça do Trabalho. Esta orientação eu quero dar para que nós não venhamos passar batidos aqui, na hora desta votação, na tentativa de que o prosseguimento dos entendimentos encontre, definitivamente, uma situação que possa levar resultados concretos para a solução do problema.

Obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era minha intenção vir aqui justificar este projeto que torna sem efeito as punições aos grevistas do magistério e dos servidores públicos.

Entretanto, face a ponderações do Líder do Governo e do PMDB, Caíto Quintana, sinto-me no dever de consciência e de Parlamentar de fazer a contradição do que foi exposto aqui.

Em primeiro lugar: - as ressalvas feitas nas questões jurídicas de regime de trabalho, não procedem. Nós tivemos, por ocasião da Assembléia Constituinte Estadual, o artigo 40 das Disposições Transitórias, aprovado, em que se adotou o mesmo princípio, exatamente, para os grevistas do Banco do Estado do Paraná. Todos do regime CLT, nenhum de outro sistema, o estatutário. Este artigo 40 e a lei que hoje estamos discutindo, a lei repete o artigo 40. Não me parece que estamos inovando juridicamente quando repetimos um Dispositivo da Constituição em vigor.

Em segundo lugar: - o Deputado Caíto Quintana afirmou que não há punições. V.Exa. naturalmente nas viagens que tem feito tem sentido a repercussão desta greve, no Estado do Paraná, os seus efeitos, mas principalmente a justiça que está embutida no encaminhamento deste movimento, na questão salarial, dos professores de

início de carreira, dos professores de 10 anos, dos professores de 15 anos e assim por diante.

Não vou aqui exibir os contracheques, como já se fez em outras sessões, para isso temos os Anais e há inúmeras testemunhas dos valores de março e de abril. Aliás de abril, V.Exa. falava que não tinha punições, V.Exa. precisa ler o Diário Oficial, nobre Líder do PMDB. O Diário Oficial da semana passada, de quinta-feira, se não me engano, publicou 1.700 funcionários, por Portaria da Secretaria da Educação dando-lhes 3 dias de retorno, sob pena de demissão sumária. Se isso não é punição, sexta, sábado, domingo, segunda, terça, se passaram 5 dias e a Secretaria afirmou na Portaria que a demissão seria decorridos os 3 dias. Pela postura do Governo estes funcionários estão demitidos, mas pela postura da Assembléia que vai aprovar esta emenda substitutiva e transformada em lei não haverá punição neste Estado, porque punir esta greve é punir a educação ilustre Deputado Caíto Quintana!

Nós na Assembléia Legislativa, temos um dever nisto. Está se convocando a sociedade civil para ir ao Governador Álvaro Dias. Convocaram-se os pais, convocaram-se os alunos; os políticos todos nas andanças pelo Estado são procurados pelos professores, pais, alunos, empresários, funcionários, operários, varredores, lixeiros, advogados, médicos, todos preocupados com esta situação, uma situação que degrada a educação no seu sentido amplo.

Esse movimento está adentrando às raízes da crise educacional do Estado do Paraná. Se um mérito teve esta greve, foi isto. Mostrar as entranhas dessa crise que se arrasta ao longo dos anos e que agora chega ao ápice.

Não! Dizer que não há punições é desmentir o "Diário Oficial" que é o órgão que representa todos os atos do governo, é desmentir a Secretária Gilda Poli Rocha Loures, é desmentir o Governador Álvaro Dias. Nós não podemos aceitar isto.

Esta Assembléia Senhores Deputados tem um dever, de contribuir para o apaziguamento do Estado e para o desarmamento dos espíritos. Se este projeto for motivo e razão para iniciarmos o desarmamento, para dar a contribuição da Assembléia para que esta negociação se abra, aprovemos o projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) Deputado Nereu Massignan, em primeiro lugar V.Exa. com vossa argumentação confunde dispositivo constitucional que é o momento maior da lei num Estado ou numa Nação, com lei ordinária que é encaminhada e subscri-

ta por V.Exa. com outro Parlamentar.

Em segundo lugar, continuo afirmando a relação trabalhista. A C.L.T., nobre Deputado, e V.Exa. é profundo conhecedor, porque é advogado, a C.L.T. tem uma legislação própria a todos aqueles que estiverem enquadrados nela. O seu julgamento dos direitos do trabalhador regidos pela C.L.T., será exatamente definido pela Justiça do Trabalho, sob pena dessa Assembléia, inclusive poder votar projeto determinando a não punição ou o retorno ao trabalho de trabalhadores celetistas eventualmente dispensados de empresas em razão do próprio plano econômico que está aí.

Em terceiro lugar queria colocar a Vossa Excelência, a relação no "Diário Oficial" é um chamamento ao retorno à aula, não caracteriza legalmente uma punição. Não houve demissão.

(APUPOS DA PLATÉIA)

Acho estranho, porque parece que o pessoal não leu. Não caracteriza legalmente um afastamento, ou uma punição, ou o que seja demitido, porque a demissão acontecerá no ato que ela efetivamente se concretizar. Por enquanto, o que nós temos no Diário Oficial...

O SR. NEREU MASSIGNAN - Posso fazer uma pergunta, Deputado Caíto?

Decorridos esses três dias, e esses professores não retornando a aula, o que acontece?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, poderão acontecer demissões, poderão.

Mas Vossa Excelência mesmo diz no final dos três dias. Vossa Excelência está prejulgando. O fato jurídico não ocorreu.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vai ocorrer ou não vai, nobre Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não sou o Executivo.

Para concluir, Senhor Deputado. Desde a segunda-feira, estamos intercedendo junto ao Governo para que não concretize o ato de demissão exatamente nos três dias que constava na segunda-feira.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - É uma grande honra a colaboração que o nobre líder presta neste momento grave da educação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E me parece que pelos apupos da platéia nem se quer se considera o esforço que estamos procurando fazer no impasse. Porque desde às 9 horas de ontem, nos mantivemos em reunião constante com a APP. Durante todo o dia de ontem até a parte da noite, hoje pela manhã o dia inteiro, retornaremos no final

desta sessão à continuidade do diálogo para encontrarmos ou procurarmos dar a nossa colaboração a esse processo.

A nossa vontade Deputado, é idêntica à sua, com uma diferença. Nós queremos encontrar uma solução definitiva, uma solução que possa efetivamente, além daquilo que aqui é apresentado, restabelecer o retorno à escola, restabelecer a dignidade do Professor, restabelecer uma política duradoura e acima de tudo procurar resolver o problema.

Esta é a missão que nós procuramos colaborar. Talvez tenhamos insucesso, mas não estamos fora desta luta, como também não estão os demais companheiros desta Casa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito bem, nobre Deputado Caíto, Líder do PMDB, Caíto Quintana, eu agradeço suas ponderações. Não quero cometer a injustiça de me omitir prestando o meu testemunho público de que Vossa Excelência tem dialogado com a APP - Sindicato, isto é verdade e eu posso testemunhar perante todos. Entretanto, a decisão que nós vamos tomar, é uma decisão que a Assembléia pode dar na contribuição daquilo que Vossa Excelência está se propondo, que nós estamos nos propondo, que a sociedade civil está se propondo, enfim, de todos aqueles que estão preocupados com o movimento grevista do Magistério. A Assembléia, tantas vezes questionada, tantas vezes cobrada na sua presença, nas suas decisões, tem um momento histórico de decidir agora e dar a contribuição, como eu dizia, de iniciar-se o desarmamento dos espíritos com a aprovação da não punição dos grevistas nesse momento grave da educação paranaense.

Antes de encerrar, eu gostaria de ler a portaria do Governo Álvaro Dias.

(Lê Portaria do dia 02 de maio de 1990): O Secretário do Estado da Educação, no uso de suas atribuições...

Três de maio, um dia; quatro de maio, dois dias; cinco de maio, três dias. Passaram-se os três dias, pela portaria da professora Gilda Poli, esses mil e setecentos professores, constantes da relação do Diário Oficial do dia 02 de maio, estão demitidos. Mas pela postura da Assembléia, que hoje vai aprovar a não punição ao movimento paredista, este Diário Oficial constará na história como um ato de perseguição à Educação e ao Magistério do Estado do Paraná.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Deputado Nereu Massignan, Vossa Excelência foi muito feliz na apresentação deste projeto, ao lado do Dep. Hermas Brandão, nos associamos à oposição, a esse seu Projeto, e não tenha dúvida, não existecumprimento por

parte do Governo com relação à Constituição Estadual, que diz no seu artigo 33 da valorização e dignificação do Servidor Público do Estado do Paraná. Por isso, os Servidores estão com a razão e nós aprovaremos esse projeto, sem nenhuma punição e com o ressarcimento do dinheiro para os Servidores Públicos e o Magistério do Paraná.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - O momento, o momento não é da punição, o momento não é de se invocar a CLT, afinal de contas o Estado do Paraná como patrão, o Governo do Estado do Paraná como patrão, não é uma empresa que produz parafusos, ou alfinetes, ou pregos, ou pneus, não é uma empresa particular que fica sobre o jogo de uma política econômica execrável, que joga trabalhadores na rua a qualquer momento, que diminui a sua produção; o Estado do Paraná, o Governo do Paraná como patrão, não pode ter a sensibilidade de produtor de parafuso, de prego ou de pneu. Não! Não, principalmente quando o patrão, o Governo do Paraná, está lidando com a Educação e com o Magistério, e está também à luz da Constituição, tratando de um movimento grevista garantido pela Carta Magna, não é a CLT que regulamenta a greve, é a Constituição que consagra como direito. Ora meu Deus do Céu, tão nova e tão esquecida essa Constituição. Que luta terrível houve na Constituinte para se ampliar o direito de greve ao Servidor Público e para se esquecer tão rapidamente disso. A citação dos dispositivos, das letras, dos artigos da CLT, não vai esvaziar essas galerias, vai esvaziar a Educação.

Estamos aqui Parlamentares, todos nós, execrados publicamente pelo governo que tem os espaços da televisão, a hora que pretende e a hora que quer, e lá vai dizer, que não há verba e não há trabalho no Governo, porque não há Orçamento. E nós, nenhum dos 54 teve o direito de resposta para dizer à sociedade paranaense que no dia 27 de novembro do ano passado, foi aprovado nesta Casa, o Orçamento estimado em quarenta e sete bilhões de cruzados, na época. Não tivemos a oportunidade de ir na televisão e dizer que no dia 27 de março aprovamos de novo a revisão orçamentária, reestimando a Receita do Estado em noventa e quatro bilhões, ainda de cruzados. Não tivemos a oportunidade de ir na televisão e dizer que os pedidos de suplementação orçamentária que hoje votamos, alguns vieram para cá quase trinta dias depois da última revisão orçamentária. E o que fez o Governo nesses trinta dias? Enquanto não mandava o projeto à Assembléia não jogava os Deputados contra a opinião pública. Enquanto possuía a maioria esmagadora nesta Assembléia, os Deputados eram

bons, mas nós da Oposição temos a consciência tranqüila de que se hoje votamos, faremos sempre porque o orçamento é peça fundamental num Governo sério, mas estamos votando com ressalva na própria Mensagem do Governador que enumera construção de casas de mutirão em vários municípios e não diz o valor de cada uma, que enumera trechos de construção de estrada e não estipula o preço. É por isso que esse orçamento que está sendo feito lá desta maneira, sem a discriminação constitucional necessária, é que faz com que esse Governo fique naquele discurso miserável e pobre, sem lógica e sem argumento de que não há verba para Educação. Não há verba para Educação porque não há planejamento nesse Governo; governa-se com os tostões que se recebe e se faz apaniguando grupos políticos que lhe dão sustentação e apoio. É por isso que se pensa hoje em extinguir o IPARDES, que se pensa em enxugar a Secretaria do Planejamento porque esse Governo tem ódio do planejamento, tem ódio de orçamento programado, porque daí não poderá fazer o que bem entende com a verba pública, inclusive gastando em publicidade conforme o anunciado na "Folha da Tarde" no "Jornal da Tarde" desse final de semana. Já foi comprovado que o dinheiro que o Governador Álvaro Dias gastou em publicidade, através do BANESTADO, Banco Comercial e Estatal, apenas em fevereiro, cento e doze milhões, daria para cobrir o reajuste salarial reivindicado pelos Professores da Rede Estadual, em greve há mais de um mês. Além desses cento e doze milhões, mais duzentos e um milhões o Banco do Estado gastou em janeiro. São trezentos milhões de cruzeiros em janeiro e fevereiro.

Concedo aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, apenas pedi o aparte para não ser deselegante em uma questão de ordem. Vossa Excelência sabe que encaminhamento de votação se trata de assunto exclusivo em pauta e o assunto exclusivo em pauta é a votação de um projeto que é de Vossa Excelência, de anistia.

A questão que Vossa Excelência está lendo nós poderemos discutir em outra oportunidade, dando para que nós possamos, contestando os seus números, poder esclarecer e trazer à luz a verdade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Nobre Deputado Caíto Quintana, eu estou encerrando. Não há como contestar os dados do Banco do Estado. As informações que eu tenho são oficiais, assinadas pelo Presidente do Banco do Estado, Dr. Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

O SR. CAÍTO QUINTANA - A nota que Vossa Excelência está lendo é de jornal.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - A de janeiro é oficial, duzentos e um milhões; a de fevereiro eu não duvido, porque os jornais estão tendo informações desse Governo. Estas informações, naturalmente, são corretas porque os próprios documentos do Banco Central hoje são de domínio público e lá não desmente o gasto de quinhentos milhões do Banco do Estado, por isso não há dinheiro para a Educação, para dignificar o Magistério e para salvar a Educação do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência tem relatório do BANESTADO que não condiz com essa verdade...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ...Era isso e eu estou encerrando o meu discurso nobre Deputado....

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...tanto que Vossa Excelência se mostrou insatisfeito com a informação que o Banco deu porque não condiz com a verdade que Vossa Excelência tem. E o Banco Central só pode ter de uma forma, informações de despesa. É exatamente o balanço do BANESTADO, onde não constam os números que Vossa Excelência diz.

Mas nós voltaremos a discutir sobre isso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu faço questão de voltar porque o Banco do Estado não informou corretamente, nobre Deputado. Eu acredito na informação do Banco Central, que é obrigação das instituições financeiras fornecer. O próprio presidente do Banco não informou corretamente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O Banco Central não poderia dar dados diferentes do balanço do BANESTADO, nobre Deputado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Solicito chamada nominal para a votação desse projeto, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento está na Mesa e oportunamente será votado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Professoras e Professores, Representantes da APP do nosso Estado.

Não pretendia de forma nenhuma encaminhar a discussão desta matéria, mas o faço por uma grande preocupação. Nós não podemos, de forma nenhuma, transformar este Parlamento num circo. Aqui se discutem os direitos, aqui se constituem as leis e aqui se ensina a cumpri-las.

Não é dessa forma agressiva que nós chegaríamos a um denominador comum. Afinal, este Poder é constituído de 51 Senhores Deputados e três Digníssimas Deputadas; este Poder é constituído através de uma Mesa Executiva, aonde inicia do seu Presidente até o quarto Secretário.

Existe responsabilidade no Poder Executivo do Paraná com o Estado do Paraná, mas existe responsabilidade deste Poder, que é a Assembléia Legislativa do Paraná, com a população paranaense. Uma vez que o Executivo e o Legislativo passaram por um crivo das urnas de 1986. Como dizia o eminente Deputado Luiz Carlos Alborghetti que para os homens públicos existe a pena de morte e a pena de morte é julgada pela população, pelos eleitores de nosso Estado, a conduta dos Parlamentares e a conduta dos representantes do Executivo, tanto a nível municipal como a nível estadual.

Quero reafirmar que quantas e quantas vezes que aqui me utilizei desta tribuna, eu sempre disse a todos com as galerias cheias ou vazias, nós tivemos sempre o mesmo comportamento. Nós não viemos ao Parlamento apenas para buscar somente aplausos. Nós sabíamos da responsabilidade ao concorrer a uma vaga na Assembléia Legislativa do Paraná; nós sabíamos o caminho que íamos trilhar pela frente. Nós não vivemos só de vitórias, nós vivemos também das derrotas. Isso não só na classe política, mas até dentro do setor educacional quando há disputa para eleger o Diretor ou a Diretora de uma escola. Existe uma disputa da mesma forma que se disputa num Parlamento uma das vagas nesta Casa. É importante que uma das grandes dignidades do ser humano é saber compreender, é saber aceitar as vitórias e ao mesmo tempo saber aceitar as derrotas. E hoje faço um apelo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, existe um desgaste hoje dos homens públicos e esses desgastes não atingem só a Assembléia Legislativa do Paraná; ele atinge todos os Paramentos brasileiros e se alaistrando para as Câmaras Municipais dos municípios brasileiros. Nós não sabemos ainda, no momento, as origens. Por mais dificuldades, por mais problemas que tenha um Parlamento, é preferível sim, um Parlamento que tenha o seu fortalecimento e as suas portas abertas para receber, como recebemos aqui, os professores, e todos os trabalhadores do Paraná e nos Paramentos brasileiros. É importante que exista isto e quero relembrar a memória do ilustre De-

putado Nereu Massignan, como é bom, ilustre Deputado Nereu Massignan, estar na posição que Vossa Excelência se encontra hoje neste Parlamento, quando pertencia às fileiras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a quem Vossa Excelência deve o seu mandato. V.Exa. tinha um outro comportamento deste lado, porque Vossa Excelência também, antes do Governador Álvaro Dias, Vossa Excelência fazia parte da Casa Civil do ex-Governador José Richa e muitas vezes vi no seu Gabinete o peso da sua caneta cometendo injustiças com funcionários públicos e hoje V.Exa. quer aplausos dos professores. Hoje V.Exa. vem passar como bonzinho neste Parlamento, apenas por ter trocado uma sigla partidária, assinando três fichas, saindo do PMDB, Partido da resistência da revolução da ditadura de 1964.

Senhoras professoras, Senhores professores eu aqui tive raízes no meu sangue de 1970 a 1978, quando tive um irmão que exerceu por dois mandatos aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, Hélio Manfrinato. Era Oposição ao Governo, era Oposição à ditadura de 1964, que neste Deputado existe também a marca das injustiças que recebíamos do Município de Cianorte, até para nós termos as filiações dentro do PMDB, existiam as pressões, aqueles que assinavam as fichas dizendo que nós éramos terroristas e que nós éramos comunistas. E eu participei, ilustre Deputado Nereu Massignan, eu participei sim, dentro do meu PMDB para derrubar o regime de ditadura para que o Parlamento pudesse abrir as portas para que os Professores do Paraná e os trabalhadores pudessem vir aqui fazer um julgamento daqueles que cumprem a sua missão em defesa da população. E votei sim em algumas emendas neste Parlamento, que diziam que eu era contra os Professores. Eu não estou - e reafirmo - na condição de Vice-líder do Governo do Paraná, do Governador Álvaro Dias a quem eu tenho muito respeito. Eu não estou contra os Professores, estou a favor dos três pisos de salários, já falei inclusive com o Governador Álvaro Dias. Recebo no meu gabinete os Professores com o maior respeito, com o maior carinho.

O que não podemos viver, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a discutir matérias inconstitucionais, principalmente perante os Professores que têm um nível cultural elevado...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa concede mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado, Senhor Presidente. Gostaria de falar uns 10 minutos mais, mas eu vou encerrar,

eu vou encerrar dizendo que o desgaste que sofrem hoje não são só os professores, não são só os Deputados, não é só o Governo do Estado: o desgaste disso tudo, hoje se tornou uma bola de neve. Desgasta os pais, desgasta os alunos, os Professores, os Deputados e o Governo. Mas nós haveremos, com a competência e o respeito dos Professores do Paraná, e com o respeito que deverá haver do Governo do Estado de sair desse impasse, voltando todos a assumir os compromissos e cumprir as nossas funções delegadas pelos direitos constituintes.

Senhores Professores, agradeço a presença de vocês neste Parlamento. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o Requerimento do Deputado Algacitúlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela ordem) - Senhor Presidente, atendendo o pedido do nobre Deputado Caíto Quintana, a quem nós temos a maior admiração nesta Casa e até o parabenizando pela luta destemida que procura neste Plenário colocar a sua posição, nós atendemos ao seu apelo para que retirássemos o pedido da chamada nominal, uma vez que o PMDB, o PDT e os que estão aqui no plenário, não irão se retirar do recinto e, portanto, o projeto será votado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirado o Requerimento. Em votação, a Emenda Substitutiva Geral. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovada. Em consequência, prejudicadas as duas emendas aprovadas em 2.^a discussão. O Projeto irá a 4.^a discussão com o Substitutivo Geral.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/90, de autoria do Deputado VALDERI VILELA, que autoriza o Poder Executivo a criar a FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE BANDEIRANTES. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando a suspensão por três (03) sessões, da votação do Projeto de Lei n° 242/90. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/89, de autoria do Deputado NEIVO BERLALDIN, que cria o Município de DIAMANTE DO SUL, desmembrado do Município de Guara-

niaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia. - Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n° 159/89.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 270/89, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria o Município de ANAHY, desmembrado do Município de Corbélia, com as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/89, de autoria da Deputada VERA AGIBERT, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DA CULTURA UCRAÍNA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/90, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, que assegura isenção de I.C.M.S. nas vendas de tijolos e telhas de barro diretamente da indústria ao adquirente, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 24/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI. As taxas de energia elétrica, água e esgotos nos estabelecimentos de ensino serão de responsabilidade do Governo do Estado, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 36/90, de autoria do Deputado RENATO ADUR, que declara de Utilidade Pública a UNIAO DAS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 38/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que dispõe sobre a isenção da taxa para exame de saúde para motoristas profissionais, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 39/90, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANIBELLI, que assegura reserva de 20% de vagas a alunos carentes nos estabelecimentos de ensino particular. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 112/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública o LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Pato Branco. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 158/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria a CRECHE PRÉ ESCOLAR CANTINHO FELIZ, da Penitenciária Feminina, no âmbito do órgão pertinente, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 159/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que estabelece forma de cumprimento do Art. 176, da Constituição Estadual do Paraná, sobre a interrupção da gravidez. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 160/90, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que cria albergues para atendimento de pessoas vítimas de violência nas relações familiares e dá outras providências, de acordo com o Art. 215, da Constituição Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 164/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE BIÓLOGOS DO PARANÁ, com sede nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 165/90, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA PRAINHA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 209/90, de autoria dos Deputados HAROLDO FERREIRA e IRONDI PUGLIESI, que estabelece a forma de cumprimento do Artigos 170 e 215, da Constituição Estadual, no tocante à saúde da mulher e ao planejamento familiar, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 28/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Campo Mourão, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de FAROL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 46/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, (ex-

-Proposição n° 43/90, Mensagem n° 65/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL da ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. -

Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Gostaria de encaminhar a emenda, Sr. presidente, e de tomar conhecimento do seu teor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - "Valor total arrecadado pela alienação referida no art. 1º, constituirá receita do fundo de desapropriação e colonização destinada à aquisição de novas áreas para assentamento".

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu pediria vênia, inclusive ao Deputado Nereu Carlos Massignan, autor da emenda, para que analisássemos melhor a emenda proposta.

Em primeiro lugar, o mais polêmico, me parece, é que o fundo ao qual Vossa Excelência destina o valor das emendas, não está regulamentado. O fundo previsto está sem lei regulamentadora.

Em segundo lugar, quando votamos pela primeira vez as referidas mensagens, elas trazem uma destinação, veja bem: o imóvel - alienar ao Sr. Luiz Sartori o imóvel constituído do lote 14 da Gleba 16, da Colônia Ventura, no Município de Pitanga. E o outro projeto que vamos votar na sequência, que tem uma emenda semelhante, é que autoriza a alienação ao Sr. Nelson Piovesan, do imóvel constituído pelo lote 125 m da gleba 15.

Eu chamaria a atenção dos Parlamentares.

A razão dessa autorização da Assembléia é constitucional, porque as áreas dos imóveis - e o Deputado Paulo Furiatti nos foi de grande valor no momento da Constituição, na fixação dos módulos que dependeriam de autorização da Assembléia, até os limites que dependeriam. E esses dois módulos, Deputados, atingem exatamente os valores que precisam de autorização da Assembléia.

Agora, o Governo não está pedindo para vender ao Sr. Luiz Sartori e nem ao Sr. Nelson Piovesan esses imóveis por preferência deles; o que acontece é que esses dois cidadãos possuem posse há longos anos sobre esses imóveis sem terem o título definitivo, em áreas produtivas, pois estão trabalhando a área e são posseiros há longos anos. Se nós aprovarmos a emenda, obviamente vamos obstar, porque evidentemente-

te que esses posseiros, ao longo dos anos, iriam questionar a venda da sua terra e a passagem de recursos para um fundo.

Por esta razão, eu pediria a este Parlamento que, no estrito cumprimento daquilo que determina a lei, viéssemos a aprovar o projeto, rejeitando a emenda, para evitarmos trazer problemas inclusive a quem já é posseiro da área há muito tempo, produzindo riquezas. E exatamente por respeito e cumprimento à Constituição, se pede a este Parlamento a autorização para a venda.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Eu reconheço que, na verdade, minhas emendas estão acopladas a um projeto de resolução, e como tal não podem ser aprovadas, porque o objetivo que eu pretendo, é destinar o produto da venda para este fundo que existe no ITCF que agora tem proposta de extinção. Há um precedente, inclusive a Assembléia já aprovou uma emenda minha, no mesmo sentido, só que era oriunda da Mensagem do Executivo e o próprio Governador Álvaro Dias sancionou aquela emenda transformando em lei.

Como aqui, se trata de projeto de resolução, e não me ocorreu que isso depende de sanção, e o projeto de resolução é uma decisão interna da Assembléia, eu retiro as emendas desse projeto como do próximo, que também tem o mesmo objetivo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o ilibado espírito de Vossa Excelência. Obrigado.

O SR. RENATO ADUR - (Para encaminhar) Sr. Presidente, este caso deste projeto de resolução referente aos imóveis da Boaventura, o companheiro Nereu Carlos Massignan entrando com esta emenda, gostaria de fazer um esclarecimento. Poderão existir novos casos e com certeza existirão, porque estamos trabalhando com vários casos neste sentido.

Houve e há, na região de Pitanga, o famoso grilo da Boaventura, o famoso grilo do Tigre. Estes casos, o Governo do Estado lutou durante mais de vinte anos para que fosse cancelada uma escritura anterior do famoso grilo do Tigre. E como é constitucional, que as áreas acima de 200 hectares necessitam da aprovação da Assembléia, tem na região dezenas de casos de proprietários que já tinham seus imóveis até registrados em cartório, e que por força da lei de uma ação judicial, foi cancelada esta escritura original, e daí então o Estado está criando e autorizando novas escrituras aos proprietários com este pagamento apenas simbólico do valor.

Agradeço a interferência do companheiro Caíto Quintana e ao companheiro Nereu Carlos Massignan, por ter retirado esta emenda. Este é um problema social e o valor por estas terras que o Estado vai receber será apenas de valor simbólico. Existirão mais casos com este mesmo teor, por ser justamente regido por força da Constituição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Resolução, excluída a emenda, que foi retirada pelo autor. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 47/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no município de Pitanga, na área que especifica. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Emenda retirada pelo autor.

Projeto. - Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 132/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 62/90), que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na cidade de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, emendas aditivas de Plenário, em número de três (03), de autoria dos Srs. Deputados David Chierigate e Nereu Carlos Massignan, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 132/90
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 01

Art. - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar os Cursos de Direito e Informática da Fundação Educacional do Oeste - UNIOESTE, a serem instalados na cidade de Cascavel, no ano letivo de 1991, a serem mantidos por aquela entidade ou outra que lhe suceder.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

Apoiamento: FERRARI JÚNIOR, WERNER WANDERER, PEDRO TONELLI e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação dos cursos de Direito e Informática, tanto quanto realizar o anseio da comunidade universitária oestina, propiciará a cultura através de dois cursos atuais, sintonizados às expectativas e à realidade que o mercado de trabalho, naquela região, enseja.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, N° 02

Art. - Fica do Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Universidade

do Oeste-Unioeste, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, mediante a transformação da Fundação Educacional de Cascavel - FUNDEVEL e a incorporação da Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon - FACIMAR, a Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI e Fundação Educacional de Toledo - FUNET.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoiamento: WERNER WANDERER, PAULINO JOSÉ DELAZERI, PEDRO TONELLI e FERRARI JÚNIOR:

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Educacional do Oeste - FUNIOESTE, que congrega as entidades educacionais mencionadas, tem, tramitando perante o Conselho Estadual de Educação, o competente processo de criação da futura Universidade do Oeste.

A vista deste fato, a emenda antecipa a autorização legislativa de sua criação, que coroa os anseios das lideranças e das comunidades do Oeste.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, N° 03

Incluir os seguintes artigos ao Projeto de Lei n° 132/90:

Art. 9° - Fica instituída a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro a ser decidido pelo Estatuto.

Art. 10 - São fins da Fundação Universidade Estadual Vale do Iguaçu - UNIVALE a realização e o desenvolvimento da educação superior, da pesquisa e da extensão e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística.

Art. 11 - À Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE competirá inicialmente, após a devida incorporação patrimonial, a manutenção das seguintes instituições de ensino superior:

I - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;

II - Faculdade Municipal de Administração e Ciências Econômicas de União da Vitória;

III - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas;

IV - Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas;

V - Fundação de Ensino Superior de Pato Branco;

VI - Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão.

Parágrafo Único - A Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, deverá desenvolver de imediato o processo necessário para a efetivação e funcionamento da Universidade resultante da incorporação, transformação e congregação das faculdades referidas neste artigo.

Art. 12 - À Fundação Universidade Es-

tadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE aplicam-se os artigos 4°, 5°, 6°, 7° e 8° da presente lei.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoiamento: ANTÔNIO ANNIBELLI, RUBENS BUENO, ACIR MEZZADRI, PAULINO JOSÉ DELAZERI, RAUL LOPES e ANIBAL KHURY.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emendas. Aprovadas.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/90, de autoria do Deputado Sabino Campos, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de Vila Nova, com sede na localidade do mesmo nome, desmembrado do município de Toledo, com as divisas que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais, conforme especifica.

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 260/89

PARECER:

De autoria do Deputado Ferrari Júnior, o presente plano de lei autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais do Estado do Paraná.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida e de grande amparo popular. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade com os dispositivos legais vigentes, não existindo óbices para sua tramitação.

Nessas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;

HERMAS BRANDÃO - Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 260/89. Rejeitado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Nós apresentamos, parece-me que no mês de outubro do ano passado, um projeto de lei nesta Casa, que foi encampado naturalmente pela Assembléia Legislativa do Paraná, propondo a venda das mansões de propriedade do Governo do Estado do Paraná. Numa das mansões, morava até recentemente,

o Governador Álvaro Dias. Lá ele ficou, com sua excelentíssima família, durante três longos anos, utilizando-se de todas as mordomias que se poderia oferecer.

Quando apresentamos o projeto aqui na Assembléia Legislativa no ano passado, pedimos regime de urgência. Naquela época o nosso regime de urgência caiu.

Então a matéria passou a tramitar normalmente nesta Assembléia. E esta ação moralizadora é uma bandeira da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. O Sr. Álvaro Dias, muito vivo, tentou empunhar esta bandeira, quando estava deixando o Governo e quando ia entregar o Governo para o vice-Governador ele propôs à Assembléia a venda das mansões quando já havia uma proposta deste Deputado, e que é uma proposta desta Assembléia; porque, a partir do momento, em que passa a tramitar o Projeto deixa de ser do Deputado e passa a ser da Assembléia. Ele tentou virar a opinião pública e dizer que era ele quem estava com esta moralização toda, depois que mudou do apartamento, e me lembra muito bem do Deputado Antônio Annibelli. E a grande imprensa deu um destaque enorme, e até nacional, para o Governador Álvaro Dias da sua ação moralizadora, roubando, o mesmo, a idéia desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Pois bem, o nosso Projeto tramitou e hoje está em primeira discussão. E agora vem o Deputado Caíto Quintana, Líder do Governo nesta Casa, propor para que o nosso Projeto seja retirado para tramitar depois com o Projeto do Governador para ser iniciativa do Governador. E este Projeto de Lei, é uma oportunidade para que outros Deputados, e eu falava agora há pouco com Líder do PSDB, Deputado Nereu Massignan, por exemplo, de se embutir neste Projeto também outros pensamentos de Deputados desta Assembléia com respeito a própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Então eu acho, nobres Deputados de todos os Partidos, inclusive do PMDB, não deveremos abrir mão deste Projeto que é nosso, desta Assembléia Legislativa, iniciativa nossa, desta Casa. Deveremos derubar o requerimento do Líder do PMDB e votar esta matéria com as emendas que surgirão naturalmente. Estamos propondo a venda do Canguiri, a venda da mansão onde morava o Governador Álvaro Dias e a venda da mansão da Ilha das Cobras. E agora, vem a informação de que a mansão da Ilha das Cobras não pode ser vendida porque pertence a Marinha e o Estado do Paraná é obrigado a manter. Tudo bem, vamos emendar amanhã e vamos devolver a manutenção desta mansão para a Marinha ou a quem de direito. Vamos colocar à venda, também, Deputado Nereu Carlos Massignan, a venda de aviões do Governo do Estado do Paraná,

veículos, e Vossa Excelência fez uma proposta um dia deste e poderá embutir neste Projeto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - As Águas de Santa Clara.

O SR. FERRARI JÚNIOR - As Águas de Santa Clara.

Esperamos que a grande imprensa do Paraná e do Brasil focalize este aspecto desta posição também da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Algumas emendas faremos neste Projeto já na proposta de amanhã, e conclamamos aos bravos companheiros da Bancada do PMDB para que também empunhem esta bandeira que não é minha ou da Bancada que represento, mas uma bandeira da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

As emendas, como disse, serão propostas, serão feitas e nós poderemos marcar uma posição destacada desta Assembléia Legislativa. E o Sr. Álvaro Dias que me perdoe, ele poderia ter tido esta iniciativa no início do seu Governo, quando se mudou para a mansão do Ahú, não deveria ter se mudado para aquele local, ele deveria ter dito: não, não quero. Como ele iniciou, dizendo que iria fazer uma série de ações moralizadoras neste Governo, deveria de cara, ter assumido e já colocado à venda, assim teríamos votado e as mansões já teriam sido vendidas. Mas isto, não aconteceu. Então vamos ficar, companheiros, com a iniciativa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Peço, pois, para que votem contra o requerimento do Deputado Caíto Quintana e depois votem com este Projeto de Lei, repito, da Assembléia Legislativa do Paraná. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação, o requerimento do Sr. Deputado Caíto Quintana. Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. REJEITADO.

Deputado Hermas Brandão com o Parecer Favorável. Os Srs. Deputado que aprovam, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Para justificar que nesse Projeto nobres Deputados, tudo bem; Esse Projeto está votando inclusive a venda da Ilha das Cobras, que é terra da Marinha, só isso.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 341/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 77/89), que autoriza o Poder Executivo a anuir na escritura de permuta das datas de terras que especifica, entre a Associação Comercial e Industrial de

Arapongas e o município de Aranpongás. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. Aprovado (Publ. no D.A. n° 98 de 07.11.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 341/89

Mensagem 77/89.

P A R E C E R:

Orindo de Mensagem Governamental n° 77/89, o projeto epigrafoado, objetiva seja o Poder Executivo autorizado a anuir na assinatura da escritura de permuta das datas de terras n° 01, da Quadra 10-A, da cidade de Arapongas, matriculada sob n° 2667, do Livro 02, do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca, de propriedade da Associação Comercial e Industrial de Arapongas, área essa doada pelo Estado, conforme Lei n° 4.737, de 28.06.63, - pela data de terras n° 05, da quadra 01-A, da mesma cidade, de propriedade do município de Arapongas.

Buscando a autorização desta colenda Casa de Leis, o Poder Executivo impõe, na sua mensagem, condições para a efetivação do ato, mediante introdução, na referida escritura de permuta de imóveis, as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, bem como, especificando que o respectivo imóvel seja utilizado exclusivamente na construção do edifício sede da Associação Comercial e Industrial de Arapongas.

Diante dessa justificativa e ponderação e, em se tratando do ato meramente autorizatório, esta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a matéria, não vê, salvo melhor juízo, impedimentos de ordem constitucional ou legal, que possa obstacular a aprovação do referido projeto.

Eis que, nestas condições, o parecer é favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 85/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que revoga a Lei n° 9.058/89. (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90.)

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 85/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, visa revogar a Lei n° 9.058/90, que altera os arts. 2°, 4°, 5° e o "caput" dos arts. 7° e 8°, da Lei N° 8.212/85 (ex-mensagem n° 225/85) que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar em mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros dele decorrentes, através da Secretaria da Finanças, obedecida a legislação federal que rege a matéria.

Analisada a matéria por esta Comissão Geral, entende a mesma que não há qualquer impedimento de ordem constitucional ou legal referente a matéria.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do projeto de lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

ANTÔNIO ANNIBELLI

Relator

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 163/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de Utilidade Pública a "FUNDAÇÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR DE CORNÉLIO PROCÓPIO-FUNCICOP" com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 26 de 26.03.90.).

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 273/90, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que dá nova redação ao artigo 1° da Lei n° 9.016, de 15 de junho de 1989. (Publ. no D.A. n° 45, de 25.04.90.).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 273/90

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Pirajá Ferreira, visa dar nova redação ao artigo 1°, da Lei n° 9.016 de 15 de junho de 1989, concedendo uma pensão mensal no valor de 02 (dois) salários-mínimos à viúva de LACEU ZIELONKA, ex-Prefeito do município de Piraquara, Senhora MARLENE ZIELONKA.

Ao proceder-se a análise do presente plano de lei, notamos elevado alcance da medida, que acima de tudo visa reconhecer o direito, líquido e certo da viúva.

Sendo assim, essa Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOÃO ARRUDA

Relator

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 27/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica formada de parte dos municípios de Enéas Marques e do Salto do Lontra, para criação do município de NOVA ESPERANÇA DO OESTE. (Publ. no D.A. n° 37, de 09.04.90.)

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 027/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, formada de parte dos Municípios de Enéas Marques e de Salto do Lontra, para criação do Município de NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

PIRAJÁ FERREIRA

Relator

Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 30/90, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Santo Antônio do Sudoeste para criação do Município de PINHAL DE SÃO BENTO. (Publ. no D.A. n° 38, de 16.04.90.)

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 030/90

P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado João Arruda, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Santo Antônio do Sudoeste para criação do Município de PINHAL DE SÃO BENTO.

O projeto de resolução em tela atende ao disposto no Art. 19, § 1°, II, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação

neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.05.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Aprovado.

A Mesa registra com satisfação a presença das Vereadoras Iris e Maristella de Mariópolis.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1182, de autoria do Senhor Deputado Artagão Matos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1130, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1168, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1161, 1160, 1131, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1162, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1163, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1142, 1143, 1144, 1145, 1146, 1147, 1148, 1149, 1150, 1151, 1152, 1153, 1154, 1155, 1156, 1157, 1158, 1159, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1173, 1183, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1166, 1167, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 899, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1137, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1138, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1139, de autoria do

Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1165, de autoria dos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues e Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1169, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1170, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1164, de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa anuncia a partir da sessão de amanhã, estará sobre a Mesa as Mensagens Governamentais de Revisão Orçamentária durante três sessões, para que os Senhores Deputados possam apresentar emendas.

A Mesa solicita dos Senhores Líderes de Bancadas que procederam à indicação dos Deputados para a Comissão de Irregularidades na área Fazendária, PMBD 2, PSDB 1, PFL 1, PDT 1, PRN 1, PTB 1.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 398, 26 e 204/90. e dos Projetos de Resolução n°s 09 e 11/90.

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/89.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 132 e 228/90.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 260, 272 e 341/89, 85, 163 e 273/90. e dos Projetos de Resolução n°s 27 e 30/90.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 19, 20, 98, 208 e 261/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 53/90.

Levanta-se a sessão.